

Universidade Federal do ABC
Graduação em Planejamento Territorial

Camila de Oliveira Brito

**As relações entre as ocorrências de conflito ambiental e a mudança
de o uso do solo no território da Prelazia de São Félix do
Araguaia/MT**

São Bernardo do Campo
Agosto de 2017

Camila de Oliveira Brito

**As relações entre as ocorrências de conflito ambiental e a mudança
de o uso do solo no território da Prelazia de São Félix do
Araguaia/MT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do título de Bacharel em Planejamento
Territorial, para o curso de Bacharelado em
Planejamento Territorial da Universidade Federal do
ABC, Campus de São Bernardo do Campo.

Orientadora: Prof. Dr. Vanessa Empinotti.

São Bernardo do Campo – SP

Agosto de 2017

Ficha Catalográfica

Brito, Camila de Oliveira

As relações entre as ocorrências de conflito ambiental e a mudança de o uso do solo no território da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT. – 2017.

Xx fls. : il.

Orientadora: Vanessa Lucena Empinotti

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Do ABC, Bacharelado em Planejamento Territorial, São Bernardo do Campo, 2017.

1. Conflito Ambiental. 2. Uso do solo. 3. Prelazia de São Félix do Araguaia. 4. Ecologia Política. I. Empinotti, Vanessa Lucena II. Bacharelado em Planejamento Territorial

Camila de Oliveira Brito

As relações entre as ocorrências de conflito ambiental e a mudança de o
uso do solo no território da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e
aprovado para a obtenção do título de Bacharel em
Planejamento Territorial pelo Bacharelado em
Planejamento Territorial da Universidade Federal do
ABC.

São Bernardo do Campo – SP, ___ de agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Vanessa Lucena Empinotti
UFABC

Prof^a. Dr^a. Carolina Moutinho Duque de Pinho
UFABC

Prof^a. Dr^a. Fernanda Viegas Reichardt
USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, pelo suporte e pela confiança, que me acompanham e me incentivam em todas as etapas da minha vida, sem vocês eu não seria metade da mulher que sou hoje. Meu constante aprendizado com vocês é o que me dá as forças para seguir sempre em frente.

Agradeço do fundo do coração à professora Vanessa Empinotti. Pela orientação, paciência e atenção durante todo esse processo, mas especialmente por ter se tornado minha maior referência na universidade nas temáticas dos estudos rurais - em que redescobri meus interesses no curso de Planejamento Territorial.

Agradeço, em especial, a professora Carolina Moutinho Duque de Pinho, que me acompanhou desde o início desse trabalho e no desenvolvimento de outros projetos, acompanhar a coordenação com a representação discente me fez crescer, tanto academicamente, como pessoalmente.

Agradeço a professora Kátia Canil, pelo aprendizado durante todos esses anos e à professora Mariana Mencia, que sempre mostrou a paixão pelo ofício, sem dúvidas levo comigo uma grande admiração.

Agradeço a todos os amigos e familiares que me acompanharam em mais uma etapa, àqueles que sempre estiveram comigo, àqueles que infelizmente não estão mais, e àqueles que nem sequer imaginam a diferença que fizeram nesses encontros da vida.

Por fim, à Universidade Federal do ABC, que até o momento, proporcionou os melhores anos da minha vida. Serei eternamente grata. Espero retornar um dia.

RESUMO

A intensificação da degradação ambiental nas últimas décadas acirrou as discussões em torno da questão ambiental, sobretudo, com a intensificação dos casos de conflito ambiental. Nesse contexto, diferentes estudos propuseram-se a compreender a complexidade entorno das lógicas em disputas relacionados aos modos de apropriação da natureza, com predomínio dos discursos e convicções respaldada pela ideia de escassez, mensuração e materialização do ambiente. Entretanto, a complexidade em torno dos conflitos ambientais revela que as motivações para o surgimento ou agravamento dessas tensões estariam muito mais relacionadas ao uso, acesso e a apropriação do espaço, e ao conseqüente processo de transformações da paisagem como reflexos da imposição de modelos de desenvolvimento sobre outros. O objetivo deste trabalho consiste em analisar as relações entre a ocorrência de conflitos ambientais e as dinâmicas da mudança de uso do solo no território. Para compreender as razões que levam ao surgimento e a identificação dos conflitos ambientais, foi realizado o estudo de caso do território da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, por meio de investigações e análises teóricas, e pelo método de espacialização, em ambiente SIG, das ocorrências de conflito ambiental relacionados à questão da terra no território da Prelazia. Os resultados das análises levam a compreender que o processo de estruturação fundiária esteve associado às ocorrências de conflitos de terra registradas, concretizados com o processo de transformação da paisagem. Observou-se a transformação de florestas nativas em áreas de produção agropecuária em quase toda a extensão da Prelazia. Assim, ao evidenciar os casos de conflito ambiental, compreender os processos político-econômicos e as relações sociais são fundamentais para entender as dinâmicas no território.

Palavras-chave: Conflito Ambiental; Uso do solo; Ecologia Política; Território; Prelazia de São Félix do Araguaia.

ABSTRACT

The intensification of environmental degradation in the last decades as discussed around the environmental issue, especially with an intensification of cases of environmental conflict. In this context, different studies have proposed to understand the complexity of environment surrounding the logics in disputes related to the modes of appropriation of nature, with predominance of discourses and convictions supported by the idea of scarcity, measurement and materialization of the environment. However, the complexity surrounding environmental conflicts reveals that the motivations for the emergence or aggravation of tensions would be much more related to the use, access and appropriation of space and to the process of landscape transformation as reflections of the imposition of development models on others. The aim of this work is to analyze how relations between an occurrence of environmental conflicts and dynamics of land use change in the territory. In order to understand the reasons that led to the emergence and identification of environmental conflicts, a case study was made of the territory of the Prelature of São Félix do Araguaia-MT, by theoretical investigations and analysis, and by the spatialisation method GIS, of the occurrence of environmental conflict related to the land issue in the territory of the Prelature. The results of the analyzes lead us to understand that the process of land tenure structuring was associated to the occurrence of recorded land conflicts, concretized with the process of landscape transformation. It was evidenced that native forests were replaced by agricultural uses in almost all the extension of the Prelature. Thus, when evidencing the cases of environmental conflict, understanding the political-economic processes and social relations are fundamental to understand the dynamics in the territory.

Keywords: Environmental Conflict; Land use; Political Ecology; Territory; Prelature of São Félix do Araguaia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTOS DA PESQUISA	11
2.1. Objetivos.....	11
2.1.1. <i>Objetivos específicos</i>	11
3. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO	12
3.1. A emergência das discussões sobre conflito ambiental.....	12
3.2. Campo dos conflitos ambientais: diferentes concepções e entendimentos.....	15
3.3. A Ecologia Política e seu papel no entendimento dos conflitos ambientais	27
4. METODOLOGIA.....	36
4.1. Fundamentação teórica.....	36
4.2. Estudo de caso.....	37
4.2.1. <i>Materiais e métodos</i>	37
4.2.2. <i>Mapeamento das ocorrências</i>	38
5. ESTUDO DE CASO: CONFLITO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA.....	41
5.1. O Território da Prelazia de São Félix do Araguaia	41
5.2. Localização e características geográficas.....	42
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
6.1. O processo de ocupação e a estruturação fundiária no Baixo Araguaia e as consequentes transformações na paisagem.....	47
6.2. Espacialização e análise dos Conflitos ambientais	60
6.3. Comparação entre os resultados apresentados: a relação entre a espacialização dos conflitos e as mudanças do uso do solo.....	67
7. CONCLUSÃO.....	74
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os agravamentos das questões ambientais levaram a ampliação da necessidade do debate sobre o tema, a fim de buscar soluções conjuntas para o enfrentamento diante o vigoroso aumento dos casos de degradação ambiental. Concomitantemente, novas categorias de conflitos emergiram como temas de pesquisa, entre eles, os chamados conflitos ambientais (ABRAMOVAY, 2010)

De certa forma, os conflitos sempre estiveram presentes na história da sociedade e mais recentemente tem despertado o interesse nos mais diversos campos do conhecimento. Os aprofundamentos desses estudos levam hoje diversas áreas a discorrerem pelo tema de modo multifacetado, procurando ampliar suas justificativas pelas mais distintas variáveis. No campo das questões ambientais, não seria diferente (VARGAS, 2007).

Em um cenário marcado pelas estratégias de modernização dos países em desenvolvimento, a problemática ambiental foi incorporada no escopo das atuações políticas, centradas nas ideias projetadas pelo discurso do “desenvolvimento sustentável”, que teve ampla repercussão nos debates internacionais, sobretudo, durante os anos de 1980 (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Entretanto, os objetivos de um desenvolvimento pautado no tripé da economia-ecologia-equidade social, permaneceram centrados apenas do primeiro dos três itens. As consequências da adequação ambiental frente a implementação de grandes projetos reestruturadores não demorou a surtir efeitos para aqueles que não se viam contemplados pelas novas oportunidades da modernização, acentuando os casos de conflitos ambientais, ao passo em que se evidenciam os casos de desigualdades ambientais (ACSELRAD, 2004; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

O presente trabalho consiste em apresentar um estudo de caso para analisar os enfrentamentos da crescente disputa pelo acesso à terra no estado do Mato Grosso, e mais especificamente na região demarcada pela Prelazia de São Félix do Araguaia, localizada no extremo noroeste mato-grossense, frente ao cenário de lutas por equidade social e a superação da pobreza, manifestado pelo constante acirramento entre diferentes atores sociais que apresentam assimetrias de poder político e econômico, e da qual dispõem distintas racionalizações sobre a apropriação dos bens naturais, ocasionando os conflitos ambientais (MADEIRA & OLIVEIRA, 2013; ACSELRAD, 2004; ZHOURI et al, 2005b; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

A pesquisa estrutura-se em seis seções. A primeira seção irá apresentar os fundamentos da pesquisa, com a definição dos objetivos definidos. A segunda seção irá apresentar o desenvolvimento da revisão teórica, realizada com base na revisão da literatura direcionada às questões ambientais, de modo a apresentar algumas das correntes teóricas que se propõem a analisar e compreender os fatores que levam ao surgimento dos conflitos, apresentando mais especificamente as colaborações desenvolvidas pela abordagem da Ecologia Política. A terceira seção consiste na definição da metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho. As seções quatro e cinco discorrerão sobre o estudo de caso dos conflitos ambientais no território da Prelazia de São Félix do Araguaia no Mato Grosso, de modo a apresentar os resultados e a discussões do levantamento dos principais fatores que levaram o acirramento das tensões relativas ao acesso à terra, e como estas estiveram associados ao processo de mudança de uso do solo em toda a região. Por fim, a última irá apresentar as considerações finais desta pesquisa.

1. FUNDAMENTOS DA PESQUISA

2.1. Objetivos

O objetivo central deste trabalho consiste em analisar as relações entre as dinâmicas que proporcionaram as mudanças do uso do solo e a ocorrência de conflitos ambientais no território da Prelazia de São Félix do Araguaia no Mato Grosso.

2.1.1. Objetivos específicos

- Levantar e discutir as diferentes perspectivas teóricas que abordam e definem conflito ambiental;
- Analisar como a abordagem teórica da Ecologia Política estuda os conflitos ambientais e identificar os fatores que motivam tal dinâmica;
- Analisar o contexto histórico de disputa pelo acesso à terra no território demarcado pela Prelazia de São Félix do Araguaia/ MT;
- Levantar informações e coletar dados secundários referentes a localização do conflito ambiental e da mudança do uso da terra no tempo;
- Especializar a ocorrência do conflito ambiental na Prelazia de São Félix do Araguaia.
- Analisar como a mudança de uso do solo demonstra ser um indicador para análise de conflito.

3. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

3.1. A emergência das discussões sobre conflito ambiental

Diante da construção de uma nova agenda de pesquisa, o campo ambiental tem se afirmado com incessantes debates e análises a respeito do encaminhamento das formas de uso e apropriação dos bens naturais, estes frequentemente associados a uma realidade conflitiva, seja em questões de práticas, valores e/ou de governança (LIMA, 1998; OLIVEIRA, 2001).

Com a intensificação da problemática ambiental e a estruturação deste novo campo de análise durante os anos de 1970, a visibilidade relacionada e atribuída aos processos de degradação ambiental implicou num debate mais profundo em âmbito internacional, promovendo um engajamento político e de mobilização popular acerca da temática (OLIVEIRA, 2001; ACSELRAD, 2004).

Em meio a uma confluência de ideias, Acselrad (2004) explica como o período foi constantemente identificado pela presença de uma iminente “crise ambiental”, proclamada pela retomada do discurso neomalthusiano quanto a relação entre a finitude dos bens naturais frente o contínuo crescimento da população mundial, que resultaria no longo prazo, segundo Meadows et al (1972; 1993), em uma catastrófica instabilidade ecológica e econômica.

A objetividade presente nesse tipo de discurso favoreceu a desvalorização da compreensão dos processos relacionados à própria construção sentido do termo, ou seja, acabou por negligenciar a própria construção da noção do que viria a ser o colapso ecológico que se vivenciava, ao não questionar convicções de mensuração e valor econômico quantitativo do ambiente postas no cerne de seus argumentos (ACSELRAD, 2004).

Presencia-se, portanto, uma dissociação entre (a) as dinâmicas sociais e a produção de valores simbólicos, caracterizadas pela percepção sócio-política de uma sociedade (OLIVEIRA, 2001; ACSELRAD, 2004), e (b) a materialização do espaço natural, entendida como fonte de riqueza à produção e “externa” aos seres humanos (REHBEN, 2010; ACSELRAD, 2004). Há, deste modo, uma construção de uma “consciência ecológica” (VIOLA, 1986; ACSELRAD, 2004) respaldada pela percepção simbólica de “crise ambiental” construída a partir dos anos de 1970.

O ambiente, tomado por sua unicidade, simplificado a características limitadas, alimentaram essa mesma “consciência ambiental” de forma também unificada (ACSELRAD, 2004). Não por coincidência a ideia de escassez e necessidade de economizar tais bens se alastrou, e teve reflexos nas propostas de modelos de desenvolvimento nos países que buscavam se industrializar (ZHOURI & LASCHEFKI, 2010)

O consenso estabelecido pelas ideias do chamado “desenvolvimento sustentável”, proposta pelo Relatório Brundtland, teve uma das maiores repercussões no debate ambiental no período, ao indicar propostas de um novo modelo de desenvolvimento sustentados nos pilares da economia-ecologia-equidade social (ALONSO & COSTA, 2002; JATOBÁ et al, 2009; ZHOURI & LACHESFKI, 2010).

Contudo, apesar de pronunciado como solução aos problemas ambientais e uma alternativa aos mecanismos de produção exploratórios, o “desenvolvimento”, entendido como sinônimo de progresso, não teve suas promessas distribuídas de maneira igualitária (BARONI, 1992; ACSELRAD, 2004; ABRAMOVAY, 2010; ZHOURI & LACHESFKI, 2010). Contrário às expectativas, as melhorias socioeconômicas e ambientais se mostraram desigualmente distribuídas - quando existiam -, confirmando as lógicas pautadas pelas relações de poder e interesses econômicos e, portanto, reafirmando a lógica do sistema preexistente por meio de uma “adequação ambiental¹” (ACSELRAD, 2004; ZHOURI et al, 2005a; ZHOURI, 2008; ZHOURI & LACHESFKI, 2010)

A insurgência de conflitos ambientais diante de uma série de argumentos passou a colocar em xeque a veracidade da questão ambiental como puramente quantitativa, ou seja, tanto pela perspectiva neomalthusiana entre a relação de crescimento populacional e finitude dos bens naturais, quanto pela quantificação da natureza como matéria e energia, evidenciando que as motivações para o surgimento ou agravamento dessas tensões estariam não só propriamente relacionadas à escassez desses bens, mas sobretudo a distintas formas de acesso a estes (ACSELRAD, 2004, ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010; PORTO & MILANEZ, 2009; MARTINEZ-ALIER, 2007).

¹ Seria a viabilização de “projetos técnicos, incorporando lhe algumas “externalidades” ambientais e sociais na forma de medidas mitigadoras a compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário” (ZHOURI, 2008).

A compreensão sobre as formas de lidar com a natureza orientou os debates ambientais na sociedade contemporânea. O conflito ambiental, portanto, revela-se uma nova orientação para o entendimento das tensões que já eram construídas socialmente, trazendo uma nitidez para um debate além das noções de quantificação dos bens e serviços ambientais ou do crescimento populacional, ao qualificar que essas tensões ocorrem dado a estrutura de uma sociedade desigual no que condiz a acesso e uso desses bens. (ACSELRAD, 2004b)

Nesse contexto os modos de uso e apropriação do espaço são pautados pelas relações de poder e dominação de grupos sociais que possuem diferentes racionalizações dos recursos territorializados (ACSELRAD, 2004b; ASSIS, 2008; FLEURY et al., 2014; MILANEZ, 2007; ZHOURI et al., 2005b; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Evidencia-se um processo de ampla desigualdade em matéria de acesso, da qual os custos ambientais são transferidos para os grupos sociais de menor influência e de menor interesse político-econômico (sejam eles discriminados por sua etnia ou classe social), pelos grandes agentes detentores das redes técnicas produtivas que agem mediante a acumulação de riquezas a partir da apropriação dos bens ambientais (ACELRAD, 2010).

De maneira geral, o reconhecimento desses grupos excluídos torna-se evidentemente claro, pois situam-se à margem do desenvolvimento, caracterizando-os como populações socialmente vulneráveis e pobres. Situações que são melhor compreendidas quando analisados a inserção espacial e temporal em que ocorrem as relações sociais desses grupos descriminalizados (FERNANDES, 2004; PORTO & MILANEZ, 2009).

Há uma clara compreensão de motivações regidas pelo debate ambiental, amparado pela ampliação das lutas ambientalistas em conjunto com as questões de cunho social, salientadas pela aproximação e contestação diante da pobreza e desigualdade social fortemente presentes no contexto brasileiro (MADEIRA & OLIVEIRA, 2013; ACSELRAD, 2004).

Diante do cenário apresentado, a difusão da notoriedade da questão ambiental, progressivamente incorporada num quadro analítico mais complexo, demonstra não refletir um discurso consensualista, ao contrário, discordâncias e enfrentamento diante dos processos de uso e significação territorial amplificam-se, de modo a projetar

conflitos mais intensos, tanto em casos empíricos, como dentro da própria academia (BUTTEL, 2000; ACSELRAD, 2004).

Acrescidas as análises teóricas e metodológicas no campo dos conflitos ambientais, os autores embasam-se por diferentes perspectivas teóricas, a fim de compreender os fatores que acarretam a incidência dos conflitos (ACSELHAD, 2004; 2010; ASSIS, 2008; HENRIQUES & PORTO, 2012; JR. BARVANTI, 2002; LASCHEFSKI & BARBOSA, 2011; PELUSO & WATTS, 2001; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010) até a orientação para sua gestão e resolução (ACSELHAD & BEZERRA, 2008; BREDARIOL, 2004; FILHO, 2004; LIMA, & SILVA, 2008).

Frente a isso, o presente trabalho irá apresentar uma discussão das principais disciplinas que discorrem sobre o campo dos conflitos ambientais, apresentando diferentes abordagens teóricas e suas respectivas características, seguido de uma esquematização simplificada das relações entre as teóricas presentes na literatura, tendo como pilares as contribuições das grandes disciplinas científicas que tradicionalmente trouxeram o debate ambiental ao domínio de suas análises. Em seguida, a escolha do enfoque teórico na perspectiva da Ecologia Política promoverá o direcionamento do trabalho nos capítulos seguintes.

3.2. Campo dos conflitos ambientais: diferentes concepções e entendimentos

As reflexões sobre conflitos ambientais no cenário internacional e nacional, tiveram seus desdobramentos por meio de diversas disciplinas teóricas que buscaram – e ainda buscam – compreender de maneiras distintas, a complexidade que circunda os conflitos sociais em diálogo com as questões que envolvem direta ou indiretamente a natureza.

Para a compreensão das diferentes perspectivas e análises teóricas devem ser analisados em paralelo construções marcadas por sua temporalidade e espacialidade, ou seja, que se produziu a partir do entendimento de mundo em determinado(s) período(s) e em uma determinada(s) localidade(s) (ACSELRAD, 2004; 2014).

Com a ampliação das discussões ambientais em meados dos anos de 1970, a questão ambiental é incorporada como objeto de estudo de diversos campos do conhecimento, muitos deles estudos epistemológicos e de questionamentos divergentes, mas que permitiram o fomento do debate e, por conseguinte,

contribuições proporcionadas aos estudos científicos no campo da sustentabilidade (TURNER II & ROBBINS, 2008; FLEURY, 2010).

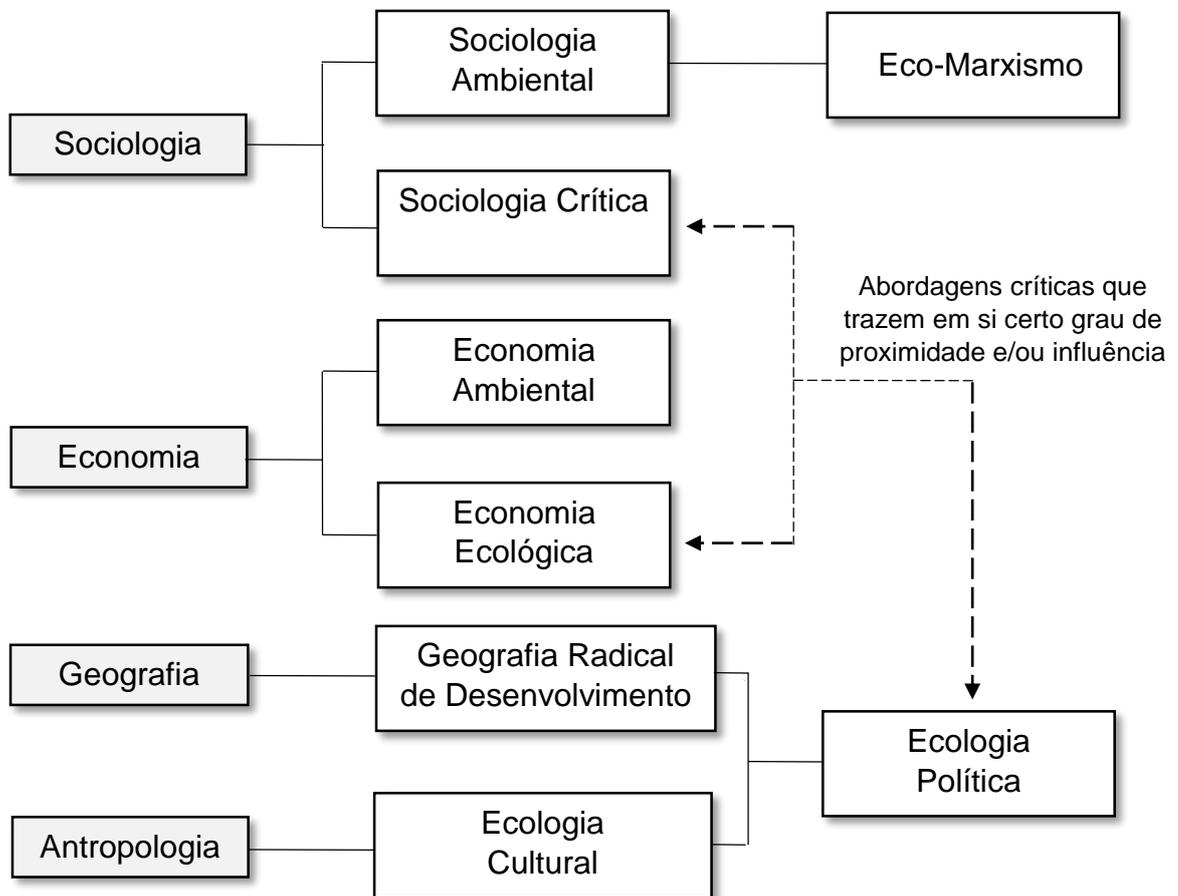
Do ponto de vista teórico metodológico, o alargamento das discussões ambientais para os diversos campos da ciência foi acompanhado por um extenso processo de complexificação na compreensão dos conflitos ambientais, visto que o desenvolvimento desta temática culminou em inúmeras ramificações e aprofundamentos dentro das grandes disciplinas (MADEIRA & OLIVEIRA, 2013).

Com base nesse cenário, é necessário salientar duas questões: a primeira diz respeito as dificuldades em se estabelecer uma esquematização precisa da realidade, uma vez que entende-se as naturais limitações encontradas por cada estudo, mas que contribuem para o avanço de reflexões a partir de propostas teóricas, metodológicas, conceituais e/ou de categorização (VARGAS, 2007; MADEIRA & OLIVEIRA, 2013; ZHOURI & LACHESFKI, 2010); a segunda questão é referente as análises convencionalmente chamadas de “híbridas”, que assumem essa terminologia por mesclarem análises com diferentes aportes teóricos em um mesmo estudo, demonstrando o alcance que as agendas de pesquisas sobre conflitos ambientais vem refletindo e a dificuldade em delinear marcações de forma concisa (ALONSO & COSTA, 2002; FLEURY, 2010).

A seguir, serão analisadas as diferentes perspectivas que se propuseram a estudar as dinâmicas dos conflitos ambientais, a saber, orientadas pelas principais grandes disciplinas: Sociologia, Economia, Geografia e Antropologia, e seus principais desdobramentos encontrados na literatura.

A figura 1 a seguir procura mostrar, de maneira geral, a origem e o estreitamento de algumas das perspectivas teóricas que vem inserindo no cerne de suas pesquisas a questão ambiental.

Figura 1. Esquemática simplificada das abordagens teóricas em análise



Fonte: Elaboração própria.

A Sociologia tem expandido seu escopo de análise, o que a permitiu abraçar novos debates, caso da incorporação da problemática ambiental em seus estudos de base. A Sociologia Ambiental demonstrou possuir grande influência nas análises das ciências humanas e sociais brasileiras, com seus estudos eclodindo na passagem dos anos 70 para os anos 80 (HANNIGAN, 2006). A corrente teórica se desenvolveu a partir da incorporação do meio ambiente aos domínios das discussões sociológicas (FLEURY et al, 2014; GUIVANT, 2005).

Durante a intensificação das discussões ambientais, em uma fase primária, as discussões trouxeram um direcionamento muito mais voltado a formação dos movimentos ambientalistas marcados por uma postura militante e, portanto, tinham

seus interesses amplamente direcionados às discussões dos processos de formação desses movimentos, assim como a formulação de suas estratégias de ações. De forma geral, as análises e objetivos desses discursos pautaram-se muito mais nas desavenças políticas estruturais que em qualquer outra dimensão simbólico-cultural (ALONSO & COSTA, 2002).

Essas propostas de análise se fundamentam no discurso de que há uma arena de conflitos posta, em que se prescindem as negociações entre os atores sociais. Corrobora-se, portanto, uma interpretação estruturalista dos processos políticos de oportunidade em diálogo à lógica de ação e mobilização dos atores sociais em determinado contexto histórico (ALONSO & COSTA, 2002; SOTO, 2013).

Diante do discurso conflitivo, grande parte dos autores trabalham com a ideia de conflito ambiental como sinônimo de problema ambiental², caracterização inerente à sociedade humana, independentemente dos atores sociais envolvidos identificarem a própria situação de conflito (GUIVANT, 2005; ALONSO & COSTA, 2002). Autores como Giddens e Beck trazem uma análise dos riscos ambientais e tecnológicos durante o período pós-guerra que teriam aumentado consideravelmente os problemas ambientais e, para compreender a problemática, seria necessário identificar as especificidades de cada caso marcado por conflito, diante dos processos de transformação e das políticas de cada período histórico. Outros autores identificam as causas dos problemas ambientais como próprios do sistema social e resultado da ocorrência de distúrbios da ordem desses sistemas (GUIVANT, 2005).

Em uma das ramificações da Sociologia Ambiental, os estudos marxistas relativos aos conflitos sociais são crescentes até meados da década de 80 (BARBANTI JR., 2002). A interpretação apresentada pela corrente do eco-marxismo tem como base os estudos do discurso dialético em Marx, embasados nas relações socioeconômicas dos indivíduos inseridos no sistema capitalista (JR. BARBANTI, 2002; SOTO, 2013).

Jr. Barbanti Jr. (2002) explica como os autores que trabalham os conflitos ambientais têm como base o enfrentamento das desigualdades estruturais ocasionadas pelo sistema econômico vigente no mundo, este dominado pela lógica do capital. Assim, fundamentalmente, implica-se estudar as relações estruturais

² Possui “caráter mais restritivo e pontual. Alterações no meio ambiente somente se tornam problemas ambientais em processos sociais em que sujeitos coletivos as definem como tais” (OLIVEIRA, 2001).

sociais como cerne da análise dos conflitos sociais e não no indivíduo em si. Os confrontos sociais que envolvem bens naturais são expressados pelo seu valor de uso e de troca, sustentado pela ideia de uma “mais-valia rural”, em que os grupos não inseridos nos moldes do capitalismo, pagariam pelos custos socioambientais, produzindo o acirramento das lutas de classe (HERCULANO, 2006).

Para tanto, a conversão dessa situação de confronto só seria possível com o rompimento da ideologia pautada nos modelos de acumulação, que tem em suas ações a conseqüente destruição do meio ambiente (POLI & HAZAN, 2013).

Ao considerar as contribuições dos autores da Sociologia clássica - Marx, Weber e Durkheim -, a incorporarem das questões ambientais em suas análises promoveram estudos de caráter fortemente antropocêntrico (FLEURY, 2014).

Já a corrente da Sociologia Crítica, apresenta-se como desdobramento de pesquisas influenciadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, com uma análise dos conflitos ambientais a partir das relações de poder, dominação e componentes simbólicos (FLEURY, 2014).

Alguns autores se adequam tanto pela abordagem da Sociologia Crítica quanto pela Ecologia Política, justamente por trazerem essa discussão para o entendimento de como ocorrem os processos de acesso dos bens naturais, a partir da compreensão de como ocorrem a apropriação material da natureza, de modo a reproduzir disputas sociais em um determinado espaço. Entre os principais autores no Brasil estão Henri Acselrad (2004), considerado um dos precursores ao trazer os estudos por justiça ambiental no país, a partir de uma análise territorial de acesso aos bens naturais; o autor José S. L. Lopes (2004) que traz o discurso da “ambientalização” dos conflitos sociais, que entende a incorporação da questão ambiental como uma nova questão pública e social da sociedade; e a autora Andréa Zhouri(2008; 2010) que orienta sua abordagem a partir da conceituações do conflitos ambientais a partir dos reflexos do modelo de desenvolvimento.

Por outro lado, as teorias econômicas de certa forma, sempre estiveram interessadas em determinar os melhores usos para os bens ambientais na tentativa de buscar a utilização mais eficiente e rentável durante os processos de transformação dos bens. Entretanto, assim como a Sociologia e as demais grandes disciplinas, os interesses pelas questões ambientais pela Economia ganharam principal atenção com

a incorporação da temática na agenda internacional sobre os primeiros sinais de crise ecológica (LOYOLA, 1997; PORTO & MILANEZ, 2009; SOUZA, 2008).

Conhecida pela denominação Economia Ambiental, essa corrente tem despertado interesses e críticas entre os próprios economistas pela atenção nas formas de produção e consumo, atreladas a utilização intensiva de produtos energéticos (PORTO & MILANEZ, 2009).

Isso ocorre uma vez que há, no contexto do capitalismo, o entendimento da transformação da natureza em mercadoria. Todavia, uma das principais problemáticas atreladas à questão foi a falta de um valor de mercado real para os recursos naturais (SOTO, 2013). Baseada nos preceitos da economia neoclássica, a Economia Ambiental passa a reconhecer que o mercado possui imperfeições e que para tanto, é necessário corrigir essas deficiências a partir de sistemas mais eficientes, sobretudo com o apoio tecnológico (LOYOLA, 1997).

É interessante reconhecer como a palavra “natureza” pouco é utilizada, e os termos utilizados geralmente são “recursos naturais” ou mesmo “capital natural”. Isso reflete como o meio ambiente é enxergado por essa corrente, a qual Martinez-Alier (2007) convencionou chamar de “evangelho da ecoeficiência”, ou seja, a crença na utilidade e eficiência técnica como capaz de solucionar os problemas acionados pela a intensificação dos processos de degradação ambiental em todo o mundo. A reverência das estratégias pela “modernização ecológica” estaria na gestão científica das matérias-primas afim de se alcançar a preservação desses recursos finitos, conciliando uma produção “ecologicamente sustentável”, ao passo em que desfrutam de ganhos econômicos e mantenham-se consensos políticos (MARTINEZ-ALIER, 2007; ACSELRAD, 2014).

Em contraponto a teoria apresentada, a Economia Ecológica tem como um dos seus principais autores o economista heterodoxo Georgescu-Roegen, considerado precursor da corrente teórica trazendo as discussões dos processos econômicos em diálogo às dinâmicas organizacionais da própria natureza ao trabalhar com pressupostos das leis físicas da termodinâmica na produção de fluxos de energia e materiais da vida, da qual traz grande similaridade com o desempenho observado na Economia (PORTO & MILANEZ, 2009; ACSELRAD, 2004).

Considerada uma perspectiva crítica, a Economia Ecológica visa superar o reducionismo convencional em que se coloca o ambiente como materialidade

energética em termos quantitativos (ACSELRAD, 2004; CAVALCANTI, 2010). Ao invés disso, reconhece a necessidade em considerar as diferentes interações entre seres humanos e ambiente, desconsiderando a colocação de enfrentamento entre ambos componentes. Desta forma, modifica a fundamentação limitada de alocação de recurso tido como base uma economia autossuficiente que presume como externalidade a própria natureza (CAVALCANTI, 2010).

Desta forma, além de incorporar a economia como uma parte do ecossistema como um todo, evidencia a “transdisciplinaridade” ou “multidisciplinariedade” da economia ecológica, ou seja, corrobora com a percepção de que não se deve tratar a problemática ambiental de um ponto de vista dicotômico entre ecologia e economia, mas considerar as relações entre ambos em sentido amplo e de complementariedade (LOYOLA, 1997; CAVALCANTI, 2010).

Em outra frente de contribuição no debate dos campos dos conflitos ambientais, a Geografia também se torna uma das principais disciplinas na discussão dos aspectos ambientais, principalmente no que condiz os estudos sobre as profundas mudanças físicas no espaço concretizadas com a intensificação da atuação do ser humano (BRYANT, 1998).

Com as constantes transformações e evoluções dos estudos geográficos, notáveis críticas à difusão das ideias neomalthusianas relativas a relação do crescimento populacional mundial e da “crise” ecológica evidenciada no período começaram a amadurecer em meados dos anos 70 (BRYANT, 1998; PELLING & DILL, 2010; PELUSO & WATTS, 2001).

Nesse contexto, o surgimento da Geografia Radical de Desenvolvimento buscou questionar a negligência de questões políticas e econômicas nos estudos geográficos, ao demonstrar que alguns dos fenômenos ditos “naturais”, possuem algum componente econômico-político (BRYANT, 1998) e social (KELMAN, 2007). Os direcionamentos levaram os geógrafos (críticos) radicais a adentrarem trabalhos sobre os chamados perigos e desastres “naturais” (MATHEVET et al, 2015; WISNER et al, 2003).

A Geografia Crítica de Desastres proporcionou uma análise política às condições de vulnerabilidade diante aos desastres, de modo a aprofundar estudos sobre os processos ecológicos em relação as estruturas político-econômicas (BRYANT, 1998; PELLING, 2001; PELLING & DILL, 2010; TURNER, 2016).

Em um outro campo de estudo encontra-se a Antropologia. Como as diversas áreas de estudo, a Antropologia também abraçou ainda mais as questões ecológicas para seu escopo de trabalho durante os anos 70, como resultado, não demorou muito para que ramificações propusessem novas discussões e reflexões ambientais em diálogo com as relações humanas (ABEL & STEPP, 2003; BRYANT, 1998).

Desta forma, uma das áreas que se destaca é a Ecologia Cultural se propõe a entender a relação do ser humano com a natureza a partir da interação realizada por meio das distintas e singulares práticas culturais que orientam a forma de apropriação do ambiente. Para tanto, seus estudos estão orientados para as formas de organização social que conduzem as dinâmicas populacionais a seus respectivos aspectos culturais (ORLOVE, 1980; BRYANT, 1998; ZIMMERER, 2006).

Ao considerar todos esses aspectos, inevitavelmente a Ecologia Cultural tem o ambiente natural como importante componente na construção dessas relações e, portanto, busca explicar as práticas de gestão ambiental a partir das análises dos fluxos de energia presentes nas relações de um ecossistema fechado (ORLOVE, 1980; BRYANT, 1998).

Entretanto, apesar de apresentar as interações humano-natureza, deve-se reconhecer que esta abordagem apresenta limitações. Por não apresentar discussões em um sentido mais amplo, dos quais abarcassem as estruturas políticas e econômicas aos estudos, a Ecologia Cultural foi concebida como “apolítica” por não considerar tais componente externos e trabalhar apenas em escalas reduzidas (ROBBINS, 2004; BRYANT, 1998 ;).

Diante desse cenário, com o impasse de alguns estudos e os avanços de reflexões em outros, o diálogo entre as correntes exploram a multidisciplinariedade dos estudos, proporcionando debates mais complexos na tentativa de explicar a realidade. Em meados da década de 70 tem o surgimento da chamada Ecologia Política, corrente criada a partir da combinação das ideias provindas da Geografia Radical do Desenvolvimento (Geografia) e a Ecologia Cultural (Antropologia) (ROBBINS, 2004; BRYANT, 1998; BRYANT & BAILEY, 1997; GREENBARG & PARK, 1994).

Essa corrente tem em sua essência a superação da divisão entre as Ciências Humanas e Ciências Biofísicas (HOEFLE et al, 2007; ZIMMERER & BASSETT, 2003) promovendo uma combinação de seus conteúdos, além de dialogar com outras

ciências, a exemplo a Economia Ecológica e da Sociologia Crítica (MARTINEZ-ALIER, 1999; 2007; FLEURY, 2014).

Com uma base interdisciplinar, a Ecologia Política emerge como um campo alternativo as abordagens predominantes no período. Um contraponto às noções neomalthusianas (HARDIN, 1968) e às perspectivas de caráter puramente técnico e/ou de gestão sobre as questões ambientais (CALIJURI & CUNHA, 2013). Com aspecto fortemente crítico, revela-se promissora ao tratar a problemática ambiental a partir de fundamentações consistentes e diversificadas, com objetivo de propor alternativas às visões simplistas e apolíticas (ROBBINS, 2004; PELUSO & WATTS, 2001; BRYANT, 1992, 1998; BRYANT&BAILEY, 1997; WALKER, 2007).

Ainda que diversificado e com diferentes ramificações, algumas variáveis são comuns a todos esses estudos. De forma geral possuem como elemento chave o componente político na base de seus esclarecimentos, que se manifestam por meio de práticas de governança, poder e conhecimento entre os seres humanos e a natureza, de modo a promover uma complexa rede interconectada, que se modificadas, tem repercussões no sistema como um todo (ROBBINS, 2004).

Deste modo, a Ecologia Política investiga os conflitos ambientais ao expor as contradições de um sistema marcado por disputas de acesso, controle e uso dos bens naturais, de tal forma a evidenciar as transformações observadas no território, sobretudo em localidades ambientalmente degradadas (ROBBINS, 2004; HOEFLE et al, 2007).

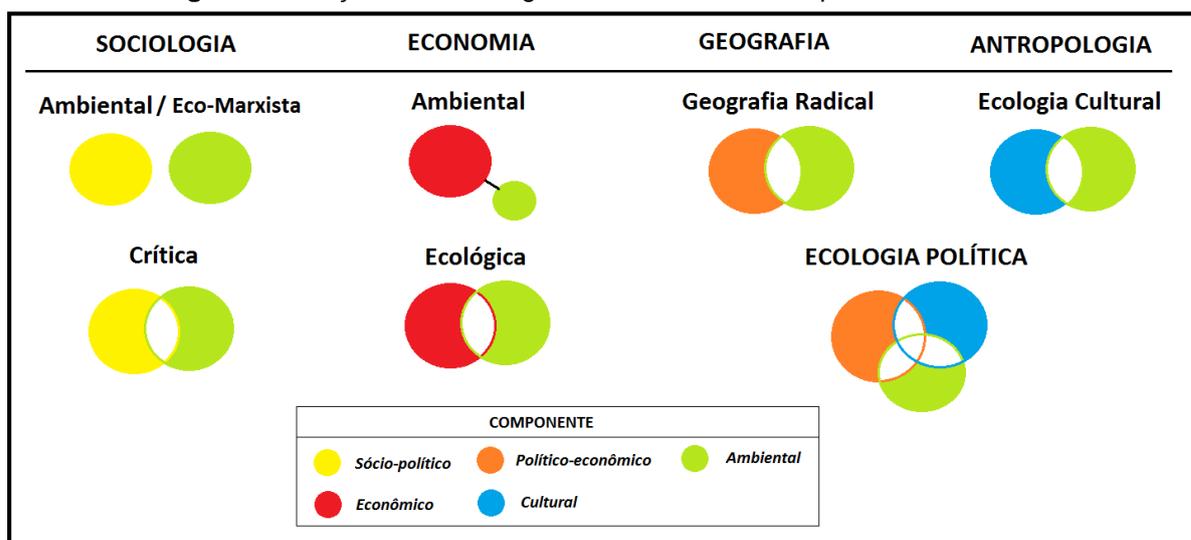
Ao questionar a ideia de linearidade dos conflitos ambientais, a Ecologia Política reconhece a relação de complexidade tanto entre sociedade-natureza, como as relações de poder intrínseca aos grupos sociais envolvidos. Dessa forma tem como pressuposto a configuração do conflito ambiental a partir da sobreposição de diferentes visões de modelos de desenvolvimento, representações simbólicas distintas e distribuição desigual no que tange o acesso aos bens naturais (ROBBINS, 2004; PELUSO & WATTS, 2001; OLIVEIRA, 2001; ACSELRAD, 2004b).

No Brasil, essa abordagem é vigorosamente influenciada por autores como Henri Acselrad (2002; 2004a; 2004b; 2010; 2014), Martinez-Allier (1999; 2007), Paul Elliot Little (2006), Porto-Gonçalves (2009) e Andrea Zhouri e Laschefski (2010).

A partir do levantamento teórico realizado, a figura 2 proporciona a visualização de como o componente ambiental vêm sendo trabalhado nas produções de

conhecimento científico. Por meio de uma síntese, reconhece-se que a Sociologia Ambiental e Eco-Marxista trazem a questão ambiental para seu escopo de análise, sem contudo investiga-la de maneira relacional, mantendo um certo distanciamento das discussões sócio-políticas. Enquanto a Sociologia Crítica já reconhece a necessidade em trazer a proximidade e a relação da discussão de ambos componentes de forma conjunta. A Economia Ambiental, apesar de avançar nos seus estudos ao incorporar o componente ambiental, ainda o traz como uma externalidade e, portanto, se reduz a valorar o ambiente em questão. Em contrapartida, a Economia Ecológica passa a reconhecer a relevância do ambiente, de maneira a proporcionar igual destaque aos fatores econômicos, trabalhados por conseguinte, de maneira conjunta. A Geografia Radical avança ao incorporar em suas análises a complementação tanto do componente político, quanto econômico, além de trazer para o cerne da análise, de igual parâmetro, a questão ambiental. A Ecologia Cultural, ainda que não desenvolva questões relativas às estruturas político-econômicas, ainda assim complementa seus estudos sociais de forma conjunta às questões ambientais. Por fim, a Ecologia Política aparece como o conjunto dos três principais componentes elencados - político-econômico, cultural e ambiental -, evidenciando o reconhecimento da necessidade em trazer para a compreensão multi-escalar da questão ambiental, com fatores estruturais e externos, assim como fatores simbólicos e internos à problemática.

Figura 2. Relação das abordagens teóricas com o componente Ambiental.



Fonte: Elaboração própria

De forma análoga, a Tabela 1 tem por objetivo indicar e sintetizar as principais características pertinentes a cada uma das abordagens teóricas apresentadas, identificando os principais objetivos proposto pelas disciplinas; os objetos de estudo concernentes a cada uma; a forma de entendimento de relação entre sociedade e natureza; as principais referências teóricas e influências organizacionais atuantes; os principais autores que discorrem sobre ou com o perfil da abordagem, e por fim; a compreensão de como se configuram os conflitos ambientais dentro das disciplinas.

Tabela 1. Síntese do entendimento de conflito ambiental das principais disciplinas e vertentes apresentada

DISCIPLINAS	SOCIOLOGIA			ECONOMIA		GEOGRAFIA	ANTROPOLOGIA	
Ramificações	Ambiental	Eco-Marxismo	Crítica	Ambiental	Ecológica	Geografia Radical	Ecologia Cultural	Ecologia Política
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Contestar o antropocentrismo - Analisar os componentes “sociedade” e “ambiente”. - Analisar como as questões ambientais são socialmente construídas. 		<ul style="list-style-type: none"> - Contestar a análise de contraposição entre a sociedade e a natureza. - Contestar o foco mantido pela Sociologia Ambiental nas dinâmicas de construção social. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Incorporar” o meio ambiente às análises econômicas. - Otimizar sistemas para ganhos de eficiência por meio da ótima alocação de recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Questionar interesses meramente quantitativos. - Questionar a ideia de natureza como externalidade, materialidade energética de mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Questionar a negligência de questões políticas e econômicas nos estudos geográficos convencionais. - Contestar as ideias neomalthusianas - Contestar os estudos de análises geográficas fragmentadas e sintéticas (PEET, 1978). 	<ul style="list-style-type: none"> - Questionar a negligência de questões políticas e econômicas nos estudos geográficos. - Contestar as ideias neomalthusianas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as relações entre sociedade e natureza por meio da análise das formas de controle e acesso dos bens naturais. - Questionar a ideia de linearidade nas relações socioambientais. - Explicar as mudanças ambientais com base nos processos políticos, econômicos, socioculturais e ecológicos.
Objeto de estudo	Valores culturais e crenças que motivam as pessoas a usarem o meio ambiente num sentido particular, e suas eventuais implicações para o consenso (Buttel; Humphrey, 1982, p. 4). (ver BUTTEL - PAG. 5 Fleury et al. E Humphrey) <ul style="list-style-type: none"> - Diferenças de classe e dinâmicas estruturais. 		<ul style="list-style-type: none"> - Relações simbólicas de poder e dominação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lógicas de mercado - Processos técnicos; - Utilização de tecnologias e modernização; - Gestão científica 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização dos princípios físicos como critérios orientadores da organização econômica. - Ecossistema como um todo, sendo a economia, considerada parte deste. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de estruturas político-econômicas com processos ecológicos. - Mudanças ambientais nos países em desenvolvimento. - Análise política das condições de vulnerabilidade diante perigos e desastres ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidades e práticas culturais e ecológicas locais. - Formas de interação comunidade-natureza. - Análise nos processos de adaptação (MIRANDA, 2013). 	<ul style="list-style-type: none"> - Interação comunidade-natureza; - Relações simbólicas de poder e dominação; - Mudanças ambientais nos países em desenvolvimento; - Escalas;
Relação sociedade e natureza	“Ambiente é uno e está situado fora das sociedades para ser usado, de forma particular, pelas sociedades em diferentes contextos históricos e/ou culturais” (FLEURY et al, 2014).	Relação dialética, uma contradição entre o ecossistema (ambiente natural) e a sociedade humana (expansão econômica, relações de produção)	<ul style="list-style-type: none"> - Relação complexa entre componentes materiais e simbólicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Economia como componente dominante. - Ambiente como externalidade. - Ambiente associado à ideia estratégica de capital natural. - Fundamentado pelo princípio de escassez. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento de uma relação existente entre economia e o ecossistema. - Subjetividade da questão ambiental. 	Estruturas político-econômicas influenciariam diretamente nos processos ecológicos.	<ul style="list-style-type: none"> - Interação, adaptação e construção simbólica entre populações e seu ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relação complexa entre componentes políticos, culturais e biofísicos;
Influências	Movimentos ambientalistas	Marx, Weber e Durkheim	Pierre Bourdieu	Economia neoclássica; Descartes.	Georgescu-Roegen	Bunge (1966) Wisner (1978); Giddens (1995) e Beck (1992)	Bennett (1976)	Eric Wolf; Blaike (1985)
Principais autores	Hannigan (2006); Mol; Buttel & Humphrey (1982)	Alan Schnaiberg (1980) e James O’Connor (1998)	Axel Honneth (1993); Franklin Rothman; Jean Leroy	Porter & Linde (1995); Schmidheiny et al (1996); Hart (1995)	Martinez-Alier (2007); Porto & Milanez (2009)	Peet (1978); Bascom (1982); Peake & Sheppard (2014)	Orlove (1980); Kottak (1999); Abel & Stepp (2003)	Bryant (1992); Greenberg & Park (1994); Peluso & Watts (2001); Acsegrad (2004)
Configuração do conflito	“Contradição entre expansão econômica e equilíbrio ecológico” (FLEURY et al, 2014).		Decorrente das tensões envolvendo questões socio-políticas e culturais.	“Não levam em conta as relações sociais como mediadoras da relação do ser humano com a natureza” (FOLADORI, 2001b).	Decorrente da promoção de valores e interesses distintos, refletidos nas formas de distribuição de direitos, acesso, poder e renda (ALIER, 2007).	Relações de poder configuram problemáticas de marginalização espacial por meio da organização e processos sociais	Não discutem os casos de conflitos ambiental entre grupos sociais.	Decorrente das tensões sobre acesso, uso e apropriação dos bens naturais devido a diferentes visões e imposição de modelos de desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria

A revisão das abordagens apresentadas, que tem no escopo de suas análises a questão ambiental, foi essencial para a identificação das perspectivas que lidam com os casos de conflito ambiental. O direcionamento da seção seguinte terá como base as contribuições teóricas da Ecologia Política, abordagem escolhida para auxiliar na compreensão dos elementos responsáveis pelo surgimento e identificação dos conflitos ambientais.

3.3. A Ecologia Política e seu papel no entendimento dos conflitos ambientais

A escolha do aprofundamento e investigação da perspectiva da Ecologia Política ao longo do trabalho é dado em razão a maneira como as questões ambientais são elucidadas pelos processos históricos em que estão inseridas (BILLON, 2001). Diante da proposta de compreensão das dinâmicas que influenciam o surgimento dos conflitos ambientais, entende-se que a Ecologia Política seria um importante instrumento teórico-metodológico para a compreensão de problemas complexos, posto que seu suporte interdisciplinar e sua orientação para uma análise dos processos de transformação da natureza permitem, a partir da compreensão das formas de estabelecimento das relações político-sociais, um esclarecimento mais amplo e próximo da realidade conflitiva, para além de uma leitura unidimensional ou quantitativa do ambiente (PELUSO & WATTS, 2001; NINIS, 2006).

Das tentativas de problematizar a questão ambiental e no afloramento das diversas perspectivas teóricas que procuram fundamentar análises sociais e ecológicas, a Ecologia Política, enquanto agenda de pesquisa, se desenvolve em meados dos anos de 1970 e 1980, ganhando corpo e espaço nos debates teóricos, sobretudo nos Estados Unidos, que teve em 1972 a expressão utilizada pela primeira vez pelo antropólogo Eric Wolf (BIERSACK, 2006; JATOBÁ et al, 2009).

Como uma abordagem crítica, propõe uma leitura alternativa às demais perspectivas teóricas apresentadas, justamente por estar engajada em demonstrar que não seria factível distanciar o ambiente natural das sociedades humanas em redutíveis análises dialéticas, de oposição ou sobreposição de um componente sobre outro, dado que a todo momento constrói-se um mundo material e imaterial socializado, que reflete em mudanças no sistema como um todo (OLIVEIRA, 2001; ROBBINS, 2004; ACSELRAD, 2004; TURNER II & ROBBINS, 2008).

Robbins (2004) explica que muitos discursos demonstraram ser falaciosos em suas análises, pois convergiram para a concepção do isolamento das paisagens “naturais”, argumentando da necessidade de um distanciamento da intervenção humana devido a uma suposta “contaminação do ritmo natural” desses espaços, ou seja, a relação e atuação humana seria uma das principais causas dos problemas ambientais ao redor do mundo. Além disso, essa visão foi amplamente destacada com a retomada do discurso sobre as adversidades provindas do crescimento demográfico mundial que representaria um fator determinante para o aumento dos casos de degradação ambiental (PELUSO & WATTS, 2001; ROBBINS, 2004).

É na contraposição dessas ideias e argumentos que a Ecologia Política questiona a favor da necessidade de compreender as relações natureza-sociedade de forma conectada (BRYANT & BAILEY, 1997). Robbins (2004) ressalta que a noção de isolamento seria equivocada, ao ter em vista que populações ancestrais habitaram, em algum período histórico, há milhares de anos atrás, essas mesmas paisagens “naturais e intocadas”. Logo, a questão do desequilíbrio ambiental não se trataria apenas da presença do ser humano na natureza, mas sim da existência de questões muito mais profundas que tangem aspectos políticos e econômicos no cerne de sua discussão, em que a riqueza natural em alguma medida estaria associada a estratégias moldadas por interesses econômicos e de poder (PELUSO & WATTS, 2001; ROBBINS, 2004; ACSELRAD, 2004).

Mediante o restabelecimento das convicções propostas por Malthus - um cenário de desastres e preocupações geopolíticas, que tem como pilares em sua argumentação as relações simplistas entre o crescimento populacional e escassez ambiental -, ampliaram-se as premissas de que o crescimento contínuo da população seria a principal causa da insuficiência dos bens naturais, o que proporcionaria não só o decréscimo das atividades econômicas em todo o mundo, como representaria um obstáculo a superação da “crise ambiental” (BRYANT, 1998; PELUSO & WATTS, 2001).

A leitura mais comum sobre os processos de apropriação e gestão desses bens foi engenhosamente construída sobre uma base despolitizada e fragmentada, posto que prevaleceu a ideia pré-construída nas formas de resolução do problema ambiental a partir de uma realidade objetiva, delineada pela consciência de escassez e não fundamentada na compreensão das causas que levaram a manifestação desse

ambiente degradado (ACSELRAD, 2014; PELUSO & WATTS). As questões ambientais envolveram-se em análises de caráter simplificado e de consequências advindas de um modelo causal e determinista, explicitando uma linearidade no entendimento de um problema muito mais complexo (PELUSO & WATTS, 2001; ROBBINS, 2004).

Deste modo, a Ecologia Política busca questionar a base dos argumentos que transformam não só a questão ecológica, mas os casos de conflitos ambientais em algo (a) marginalizado, que naturaliza a “guerra” entre a captura dos bens naturais por meio de técnicas e métodos científicos, negligenciando impactos ecossistêmicos ao priorizar aspectos de materialidade energética econômica, ou seja, afastando as dinâmicas sociais em relação as dinâmicas ecossistêmicas e (b) apolítico, sem contudo tornar concreto a complexidade da questão ao desvincular as relações de poder socialmente construídas, ignorando componentes como as distintas formas de distribuição e acesso que configuram os impactos ambientalmente negativos de uma sociedade (ROBBINS, 2004; BRYANT & WILSON, 1998; PELUSO & WATTS, 2001; ACSELRAD, 2004; 2014).

Em se tratando de questões políticas, seria imprescindível a análise e consideração do contexto histórico em que ocorrem as tensões em torno dos bens ambientais e, nesse sentido, a Ecologia Política reconhece que modelos estruturais existentes também corroboram no entendimento da problemática ambiental (ROBBINS, 2004).

As mudanças presentes no período sobre a nova configuração do sistema mundial globalizado, de transição do modelo fordista para o de acumulação flexível, permitiram a abertura das economias globais e um alargamento das relações internacionais, assim como desempenhou papel importante no encaminhamento dos debates ambientais (ROBBINS, 2004; LASCHFSKI & COSTA, 2008; LEFEBVRE, 1999). As atenções se voltaram, sobretudo, para os países que tentavam alavancar suas econômicas (BRYANT, 1998; ZHOURI & OLIVEIRA, 2007).

As novas propostas de conciliação entre desenvolvimento econômico (em sua grande maioria igualada à ideia de crescimento econômico) e a conservação do meio ambiente dão origem a necessidade de trabalhar novas propostas de acumulação de capital e aparatos para um desenvolvimento, em tese, mais justo, igualitário e que não comprometesse às necessidades das gerações futuras. Estava lançada as premissas

do “desenvolvimento sustentável” (BARONI, 1992; PELUSO & WATTS, 2001; BRITO et al, 2001; JATOBÁ et al, 2009). Contudo, os efeitos por meio das formas de cooperação e de otimismo no consenso dos impactos positivos no ambiente para o alavancar do desenvolvimento humano não lograram êxito (PELUSO & WATTS, 2001; ACSELRAD, 2004b).

Ainda que idealizado sobre uma base de reestruturação do modelo de desenvolvimento clássico, o processo de construção do conceito manteve-se atrelado às contradições do antigo sistema, com seu discurso apropriado pelo contexto de “*business-as-usual*”, que favoreceu adequações de componentes socioeconômicos e ambientais sem, contudo, reformular de fato, iniciativas para mudanças (LIMA, 1997; BRYANT, 1998; ZHOURI, 2010; ABRAMOVAY, 2010). Ao contrário, as divergências nos discursos de mudanças proferiram ambientes socialmente injustos, ampliando as disputas pelo acesso da natureza em uma conjuntura de marginalização ambiental (BRYANT, 1998; ACSELRAD, 2004b).

Estas desavenças remetem claramente a importância dada a dimensão econômica em relação aos bens naturais, que passa a ser concebida por um processo de monopolização do controle sobre a natureza (ROBBINS, 2004). Nessa lógica, a Ecologia Política procura direcionar a problemática envolta dos conflitos e lutas ambientais pela investigação das formas de uso, acesso e controle sobre a natureza (BRYANT, 1998; PELUSO & WATTS, 2001).

Os casos de marginalização ambiental refletem a importância de levar em consideração fatores como localização e distribuição espacial desses bens naturais, que foram identificados como assimetricamente distribuídos entre os grupos sociais envolvidos (ROBBINS, 2004).

Peluso & Watts (2001) ressaltam como as forças político-econômicas tem influenciado diretamente a questão territorial, e como esta tem demonstrado ser um componente de grande importância no que diz respeito ao surgimento e a identificação dos conflitos ambientais, uma vez que a orientação dos processos de apropriação do ambiente está intimamente ligada ao que Miranda (2013) define como “projetos territoriais”, isto é, estratégias colocadas em prática para a legitimação da regulação e do acesso aos bens naturais.

A reprodução das práticas sociais em diálogo à disposição desses bens coletivos, como água, florestas, solo, entre outros (PELUSO & WATTS, 2001),

refletem a disposição espacial por meio dos processos de territorialização e, portanto, são resultados das relações de poder de diversos atores que disputam interesses e estratégias distintas sobre determinado uso, apropriação, gestão e controle da natureza (PELUSO & WATTS, 2001; ACSELRAD, 2004b; 2014; HAESBAERT, 2009). Como consequência, são constantes os processos de reordenamento territorial em virtude das mudanças de interesses geopolíticos (LASCHEFSKI & COSTA, 2008; BAIRD & BILLON, 2012).

A principal questão que se coloca é como ocorre essa organização no espaço social, ou seja, questionamentos de como as mudanças ambientais refletem a realidade das distintas sociedades, ao passo que as mesmas também contribuem para as mudanças ambientais (MIRANDA, 2013).

Diante desta questão torna-se visível o predomínio e a força do modelo desenvolvimentista predominante no período, seu respectivo resultado está associado ao grande número de populações marginalizadas por esta cultura, da qual não foi capaz de incorporar todos as mesmas condições sistêmicas denominada pelo o que autor Acselrad (2004b) chama de “fetiche pelo mundo material”.

Billon (2001) ressalta como o excessivo interesse pelos bens ambientais, numa lógica mercantilista, tem aumentado os casos de vulnerabilidade socioambiental, das quais tem como um grande indicativo tensões cada vez mais violentas pelo acesso ao bem natural.

Esses conflitos marcam as dificuldades em torno do acesso e do uso dos bens naturais, não apenas pelas desigualdades sociais presentes pelos distintos grupos envolvidos na disputa pelo espaço ambiental, mas também devido a imposição e estabelecimento de um modelo de desenvolvimento sobre outro (RIBOT & PELUSO, 2003; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Com o ambiente sendo delineado em paralelo à produção do espaço social (LEFBVRE, 1991), dos quais são desenvolvidas práticas socioculturais (OLIVEIRA, 2007), determinadas ações revelam um quadro em que os atores/setores dominantes são aqueles que detêm os meios de controle e a soberania diante as relações de poder, estabelecendo hierarquizações culturais (LASCHEFSKI & COSTA, 2008; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010; ACSELRAD, 2014).

Desse modo, a Ecologia Política entende ser necessário, em contexto de controvérsias políticas, compreender como a sobreposição das práticas sociais expõe

a ameaça que determinados grupos sociais estão sujeitadas, uma vez que impossibilita (ou proíbe) o exercício de suas formas de uso e apropriação do ambiente em questão, por conta de outros (ACSELRAD, 2014).

É o caso, por exemplo, dos povos tradicionais que sofrem com a invasão de suas terras ou devastação desta, por empresas agrícolas ou multinacionais impedindo a perpetuação de seus modos de vida. Da mesma forma, populações de baixa renda também sofrem com a falta de poder, por vezes recebendo o ônus das práticas de outros (BARROZO, 2006).

Outro exemplo emblemático é o caso de ambientalistas de postura mais radical, como os preservacionistas, que defendem veemente, como o nome já diz, a total proteção da natureza sem a interação com os seres humanos (JATOBÁ et al, 2009). Diversos conflitos ambientais são originados pela ameaça das práticas sociais de um grupo sobre outro. No Brasil algumas dessas tensões surgem com a tentativa de sobreposição de Terras Indígenas sobre Unidades de Conservação e vice-versa (BENATT, 1999).

Os conflitos ambientais acabam por expor ambientes socialmente injustos em decorrência das assimetrias das forças dos atores situados em um contexto de disputa (OLIVEIRA, 2007). Assim, a Ecologia Política auxilia no entendimento dos conflitos ambientais ao reconhecer a prática e o poder (ou a falta) de governança dos grupos e atores sociais envolvidos numa situação de disputa, identificando tanto aqueles que desfrutam de grande influência político-econômica, como os que saem prejudicados nessas relações (PELUSO & WATTS, 2001; WATTS, 2000).

Portanto, compreende-se que as diferentes ideias e entendimentos sobre o desenvolvimento teve suas orientações colocadas a partir de uma hierarquização de direitos e culturas em relação as diversidades presentes na sociedade (BRYANT, 1998; ACSELRAD, 2014), sendo que a cultura do modelo de desenvolvimento tradicional sobressaiu os demais modelos e meios de reprodução social, tomado pela consciência de um ambiente uno, material e de dominação sobre a natureza, que não necessariamente correspondesse às demais percepções e anseios de determinadas populações (SILVA & SATO, 2012). Sobre esta ótica, percebe-se que as mudanças previstas pelo discurso desenvolvimentista lograram êxito apenas para alguns, enquanto a grande maioria acabou por se ver desfavorecida e/ou inibida de participar do modelo de desenvolvimento imposto (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Deste modo, evidenciar o arcabouço histórico-cultural auxilia na identificação das formas em que as interações sociais, em meio ao contato com meio físico, ou seja, a construção de como “ambiente politizado” são concretizadas (WALKER, 2004; BRYANT, 1998; ROBBINS, 2004).

A grande diversidade de significações e entendimentos sobre os modos de utilização desses bens e serviços ambientais pela sociedade refletem diferentes reproduções territoriais (OLIVEIRA, 2007; ACSELRAD, 2004b). Em sua grande maioria, essas diversidades exprimem divergentes implicações na paisagem e, portanto, confluem para o surgimento do confronto das lógicas em disputa (OLIVEIRA, 2007).

Em um contexto de concentração da posse sobre o ambiente, se reconhece que “padrões de desigualdade” são cada vez mais presentes. Logo, entende-se que não se trata mais sobre a ameaça em si sobre o exercício das práticas sociais e de um modelo de desenvolvimento tradicional sobre outro, mas sim da concretização dessa sobreposição (ACSELRAD, 2004b).

As mudanças refletem a imposição de diferentes objetivos e diferentes representações simbólicas sobre um mesmo território, de modo a proporcionar a remodelagem da paisagem. Portanto, uma maneira de identificação dos casos de conflito envolvendo questões ambientais, seria analisar a concretização dessa transição por meio de observações históricas referente as transformações e o acesso dessas paisagens (ESCOBAR, 2006; RIBOT & PELUSO, 2003).

Com base nessas identificações, torna-se possível observar os principais indicativos que favoreceram sua modificação, assim como a identificação eminentemente política presente no conflito ambiental pelo acesso dos bens naturais territorializados (BAIRD & BILLON, 2012). Nesse sentido, a Ecologia Política possibilita, por meio de seu suporte teórico, o reconhecimento das principais causas para o surgimento das tensões ambientais, para que sejam identificados os atores envolvidos na produção dos problemas das práticas ambientais que, em muitos casos, não ocorrem devido a omissão de informação ou da falta de uma análise do componente político (TURNER II et al, 2007; ROBBINS, 2004; RIBOT & PELUSO, 2003).

Esse tipo de análise permite observar o desenvolvimento dos conflitos ambientais, assim como reconhecer as variáveis que as explicam. Neste contexto, os

processos de transformação da paisagem, por meio da ação antrópica, levaram a reconfiguração de novos ambientes adaptados a um novo fim. Tais transformações estão diretamente relacionadas a mudança nos usos do solo (TURNER II et al, 2007). Em sua grande maioria, as evidências dos estudos ambientais, apontam que uma das principais causas para a modificação cobertura natural está relacionada a presença do desmatamento por uso de terras agrícolas e urbanas (TURNER II et al, 2007; ESCOBAR, 2006). Essas mudanças do uso da terra têm afetado não apenas as estruturas dos ecossistemas, mas as também a orientação de novos usos da natureza, das quais recaíram diretamente sobre as pessoas que vivem e usufruem do ambiente (TURNER II et al, 2007; ESCOBAR, 2006).

No Brasil, um dos principais exemplos é o caso da intensificação das atividades agropecuárias, caracterizadas em proporcionar relativa suscetibilidade em relação a perda de paisagem natural (TURNER II et al, 2007). São diversos os fatores que tornam o problema complexo, como a presença de diversos atores (agricultores, pecuaristas, imigrantes, empresas, entre muitos outros), e a relação com o aumento dos casos de degradação do solo, desflorestamento, queimadas, entre tantas outras problemáticas ambientais (TURNER II et al, 2007; SILVA & SATO, 2012).

O avanço da fronteira agrícola, assim como a exploração dos bens ambientais, tem aumentado gradualmente ao longo dos anos (SILVA & SATO, 2012). Em paralelo a estes, os conflitos ambientais no campo, têm evidenciado diversos casos de expropriação e violência entre diferentes atores (FEARNSIDE, 2005; FERNANDES, 2005; SILVA & SATO, 2012).

Muitos trabalhos acadêmicos têm encontrado relações diretas entre o encadeamento dos novos sistemas produtivos, que modificaram expressivamente os processos de ocupação e configuração espacial, às práticas de desmatamento e queimadas, inserção da pecuária e introdução de novas culturas agrícolas, que provocaram impactos diretos sobre o empobrecimento dos solos, diminuição da biodiversidade, qualidade de vida e dos próprios serviços ecossistêmicos (BECKER, 2001; FEARNSIDE, 2005; SILVA & SATO, 2012).

As assimetrias de ordem sociais, políticas e econômicas mostraram-se em grande parte vinculadas a tais práticas, e tem motivado a ampliação dos casos de desigualdades e exclusões socioambientais (ACSELRAD, 2004; ALVES, 2001; ASSIS, 2005; MADEIRA & OLIVEIRA, 2013). Isso decorre pelo acirramento da disputa

de acesso à terra e a diferença de poder e governança entre as diversas empresas, que buscam grandes extensões de terra para se desenvolver, e os produtores rurais de agricultura familiar, que não conseguem se inserir no sistema das grandes empresas de agronegócio e populações tradicionais que são impossibilitados de manter seu estilo de vida tradicional devido a destruição da natureza (ARAUJO, 2013).

Assim, com base na análise apresentada e o suporte teórico da Ecologia Política, o presente trabalho define conflito ambiental como decorrente das tensões sobre acesso aos bens naturais em que um modelo de desenvolvimento sobressai sobre outro, ameaçando ou inibindo o exercício das práticas sociais de um grupo em um determinado território. A concretização dos conflitos ambientais pode ser identificada por meio da transformação da paisagem e da mudança de uso do solo, a exemplo do desmatamento, a introdução de novas culturas agrícolas, a pecuária, urbanização, entre outros.

De certo é possível notar que a complexidade envolta nessas problemáticas englobam uma multiplicidade de variáveis, que se diferenciam de caso a caso. Entretanto, a Ecologia Política oferece suporte, por meio de seu debate teórico, componentes capazes de auxiliar de maneira mais perceptível e sistemática a razão por trás dos processos sociais que denotam o ambiente (ACSELRAD, 2004b).

Com base na explanação das principais características proporcionada pela abordagem da Ecologia Política, é possível compreender não apenas os componentes relacionados a origem dos conflitos ambientais, mas também a identificação das variáveis que concretizam o conflito no território por meio da observação na mudança da paisagem.

Dessa forma, na seção seguinte nos propomos a analisar como ocorreu o surgimento do conflito ambiental no território da Prelazia de São Félix do Araguaia a partir dos anos de 1970, período em que mudanças e rupturas referentes aos distintos e antagônicos modelos de desenvolvimento emergiram na região, acirrando as tensões em torno do acesso à terra, cada vez mais escassa e valiosa no período. Ao assumir a hipótese de que as mudanças de uso do solo estão relacionadas as ocorrências de conflitos, o conflito pela terra foi a categoria escolhida para analisar os conflitos ambientais na região.

4. METODOLOGIA

Com o objetivo de entender a relação entre a mudança de uso do solo e a ocorrência dos conflitos ambientais na Prelazia de São Félix do Araguaia, localizada no estado do Mato Grosso, o presente estudo foi sistematizado em duas grandes etapas. A primeira etapa, apresentada anteriormente, consistiu na fundamentação teórica da pesquisa, com a realização de uma ampla revisão bibliográfica sobre as diferentes vertentes teóricas e sua contribuição nas discussões sobre conflito ambiental. Durante o processo de revisão, foram analisados documentos como artigos, livros, relatórios, teses e dissertações. A partir da análise da bibliografia levantada, procurou-se aprofundar a perspectiva teórica da Ecologia Política, de forma a investigar como essa perspectiva compreende, define e identifica os conflitos ambientais. Foram levantados e analisados os principais autores tidos como influentes na agenda de pesquisa da Ecologia Política e as especificidades na interpretação que os aproximam e os diferenciam.

A segunda etapa consistiu na realização de um estudo de caso, com a definição da área de estudo: o território da Prelazia de São Félix do Araguaia no Mato Grosso. Essa etapa consistiu na contextualização histórica e a identificação das disputas de acesso à terra da região assim como a identificação das mudanças do uso do solo em uma escala temporal a partir da revisão bibliográfica. Posteriormente, em razão da distante localização do objeto de estudo, foram levantados dados secundários para a espacialização das ocorrências de conflito no território. A escolha por esse tipo de dado reflete a impossibilidade da pesquisadora ir ao campo para a coleta de dados primários mais refinados, como a realização de entrevistas e a aplicação de questionários.

Por fim, os dados de espacialização e mudança do uso do solo foram comparados para identificar a relação entre esses dois fatores.

4.1. Fundamentação teórica

Dividida em três momentos, a revisão bibliográfica foi essencial para fundamentar e orientar as etapas seguintes deste trabalho.

Em um primeiro momento foram levantadas informações sobre a emergência das discussões em torno dos conflitos ambientais, composto pela constante

ampliação da agenda de pesquisa em torno do debate ambiental para reflexão das práticas, valores e governança dos bens naturais após a intensificação dos casos de degradação ambiental durante os anos 70.

Diante do cenário de difusão da questão ambiental, foram analisadas diferentes abordagens teóricas que se propuseram a discorrer sobre o campo dos conflitos ambientais, dentre estas foram identificadas quatro grandes disciplinas, das quais tiveram importantes ramificações na discussão da temática, a saber: Sociologia, desdobrada em Sociologia Ambiental, Eco-Marxismo e Sociologia Crítica; Economia desdobrada em Economia Ambiental e Economia Ecológica; Geografia desdobrada em Geografia Radical de Desenvolvimento; Antropologia, desdobrada em Ecologia Cultural e por fim; Ecologia Política, como desdobramento da Geografia Radical de Desenvolvimento e Ecologia Cultural. Com base na revisão preliminar das abordagens apresentadas, optou-se pela escolha da Ecologia Política para subsidiar uma compressão teórica mais profunda dos fatores responsáveis pelo surgimento e identificação dos conflitos ambientais.

4.2. Estudo de caso

A fim de compreender o fenômeno em que se enquadram os conflitos ambientais, a pesquisa adotou como método de estudo a aplicação de um caso empírico. Deste modo, o recorte territorial da Prelazia de São Félix do Araguaia foi escolhido como objeto de estudo para análise. Dividida em duas etapas, o estudo compreendeu na caracterização da Prelazia e nos resultados encontrados sobre as relações entre o processo de estruturação fundiária e mudança da paisagem e a configuração de conflitos do território, por meio da análise da literatura e da espacialização dos conflitos ambientais na região. A subseção seguinte irá apresentar os materiais e métodos utilizados durante a análise do estudo sugerido.

4.2.1. Materiais e métodos

Inicialmente foram identificados os dados produzidos e disponibilizados pelo banco de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³, uma das principais organizações responsável pela documentação de conflitos no campo no Brasil.

Anualmente, a CPT lança um novo relatório de conflitos ocorridos no campo no território brasileiro (CPT, 2016). O presente trabalho utilizou o relatório “Conflito no Campo 2015” (2016), documento que traz um amplo levantamento de dados sobre as diversas lutas de resistência pela terra, tendo como principal objetivo evidenciar a violência sofrida pelos trabalhadores rurais. O relatório (2016) define a compreensão de conflito como ações de resistências que ocorrem em distintos contextos sociais no espaço rural, em decorrência do acesso e da posse de bens naturais como terra e água; dos direitos e pelos meios “trabalho” ou “produção”; e a determinação dos fatores que levam a incidência dessas disputas como relacionados às diferenças entre as classes sociais, entre os trabalhadores da terra ou pela atuação pública no que diz respeito a gestão.

É importante ressaltar que muitos dos registros acabam sendo incorporados nos relatórios dos anos seguintes, devido ao não conhecimento da informação no período de formulação do relatório. Os documentos registrados relatam os casos de conflito desde os anos 60 até os dias atuais (CPT, 2016).

A construção dos dados é baseada em documentos que perpassam casos de violência em áreas rurais e/ou que presenciem o envolvimento de comunidades tradicionais. Não são registrados os casos de violência da qual não haja qualquer relação de conflitos marcados pela “disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalho realizado no campo” (CPT, 2016).

4.2.2. Mapeamento das ocorrências

Após o levantamento e compreensão do processo de formulação dos dados elaborados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi realizada a manipulação e

³ Ação pastoral da Igreja Católica voltada para a prestação de serviços educacionais e solidários aos “camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana” (CPT, 2016).

filtragem dos arquivos sobre o escopo do objeto de estudo, no caso, o território da Prelazia de São Félix do Araguaia.

A partir do estudo da literatura, foram identificados que os casos de ocorrência de conflitos ambientais possuem alguma relação diante as dinâmicas envolvendo a mudança de uso da terra na região. Com base nesta análise, foram selecionadas durante o processo de espacialização dos registros de conflito apenas os dados referentes a questão da terra.

Com um amplo acervo documental, foram selecionadas tabelas em formato *.pdf* acessados e disponibilizadas diretamente pela Biblioteca Virtual da CPT e pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC, acervo de arquivos digitalizados pela CPT.

A primeira etapa consistiu na conversão dos arquivos *.pdf* para *.xls* para que fosse possível a manipulação das tabelas, de tal forma que fossem selecionados apenas informações referentes a ocorrência de conflito de terra presentes nos municípios que compõem território da Prelazia. Apesar de possuírem informações sobre casos de conflitos até o ano de 2016, a partir de 2008 a CPT adotou uma mudança na metodologia de seus registros, incluindo novas informações à base de dados para identificação de conflitos. Desta forma, para o presente trabalho foram utilizados apenas os dados referentes aos anos de 1970 a 2008.

A fim de se ter uma análise temporal do registro dos conflitos na região de estudo, foram investigadas as ocorrências por década. Sendo assim, o primeiro período equivale aos anos entre 1970 a 1979, o segundo entre 1980 a 1989, o terceiro entre 1990 a 1999 e o quarto e último período entre 2000 a 2008.

A espacialização das ocorrências foi realizada em ambiente SIG, com o auxílio do software QGIS 2.18 e ArcGIS 10.4. A base cartográfica foi composta pelos arquivos *shapefile* disponíveis pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Nacional de Águas (ANA) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (tabela 2):

Tabela 2. Informações da base de dados utilizados

Arquivo	Ano	Escala	Datum	Fonte
Unidades de conservação	A.C.*	Entre 5.000 a 100.000	SAD 69	MMA
Terras indígenas	2010	S/I**	SAD 69	FUNAI
Hidrografia	2010	2.500.000	SAD 69	ANA
Limites administrativos	2007	2.500.000	SAD 69	IBGE
Rodovias	2010	1.000.000	SAD 69	DNIT
Biomassas	S/I	S/I	SAD 69	MMA

* Atualização Contínua. Download realizado em maio de 2017/ ** Sem informação.

Fonte: Elaboração própria

O processo de elaboração dos mapas temáticos de conflitos de terra foi realizado no software QGIS 10.18, por meio da junção dos atributos contidos na tabela (*Join*) a cada município do território da Prelazia possibilitando a análise territorializada da ocorrência dos conflitos de terra no espaço e no tempo. Em seguida, foram realizadas a categorização dos conflitos para cada período, utilizando o método de Quebras Manuais, ajustados os intervalos de forma manual para que este se adequasse às informações contidas na base de dados utilizados. Assim, foram determinados seis intervalos com o número de ocorrência de conflitos para cada classe: [0]; [1 – 9]; [10 – 34]; [35 – 50]; [50 – 133] e [133 – 347].

A confecção do mapa de distribuição temporal dos conflitos de terra foi realizada no software ArcGIS 10.4 que permite sobreposição de representação gráfica no mapa. Para isso, o número de conflitos foi categorizado entre os quatro períodos mencionados anteriormente: de 1970-1979; 1980-1989; 1990-1999 e 2000- 2008. Para a adequação da proporção das barras verticais, cada histograma foi normalizado pelo número de conflitos de terras totais dos de seus respectivos municípios.

A próxima seção irá apresentar em detalhe o contexto das dinâmicas de acesso à terra na Prelazia de São Félix do Araguaia.

5. ESTUDO DE CASO: CONFLITO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

A presente seção tem por objetivo apresentar o estudo de caso referente ao Território da Prelazia de São Félix do Araguaia, localizada no extremo nordeste do Mato Grosso. A primeira subseção irá apresentar a território delimitado pela Igreja Católica e a justificativa para a forte atuação eclesial na região. A segunda subseção tem como objetivo identificar as principais características geográficas e as diferentes populações residentes que complexificam as relações no interior da Prelazia. A terceira irá apresentar como o processo de ocupação e a estruturação fundiária na região foi marcado por uma série de conflitos e como estes estiveram diretamente relacionados aos processos de transformação da paisagem, em que a cobertura vegetal tem sido substituída pela intensificação do processo de expansão da fronteira agrícola e da crescente modificação do uso da terra na região, antes caracterizada por atividades como pecuária, agricultura de subsistência e áreas de vegetação nativa e, agora, cada vez mais direcionada à expansão da produção de commodities agrícolas destinados ao mercado externo.

5.1. O Território da Prelazia de São Félix do Araguaia

As Prelazias são territórios eclesiais demarcados pela Igreja Católica que possuem característica autônoma no exercício de suas atividades, pois não dependem de uma Diocese, mas respondem e são deliberadas diretamente pelo Vaticano e criadas pelo decreto *Quo commodius*, assinado pelo Papa em vigência (SANTOS, 2005; CAMILO, 2013). A delimitação das Prelazias Territoriais ocorre em virtude de determinadas condições especiais, representadas por um cenário de dificuldades de uma região, em quem a Igreja identifica a necessidade de atuar ativamente em defesa dos direitos humanos e da justiça da população local (CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS NO BRASIL, 2001; PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA; CAMILO, 2013).

A Prelazia de São Félix do Araguaia, pertencente a Província Eclesial de Cuiabá foi criada em 1969, com administrador apostólico o Padre Pedro Casaldáliga,

que viria a se tornar o primeiro Bispo Prelado da região (PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA).

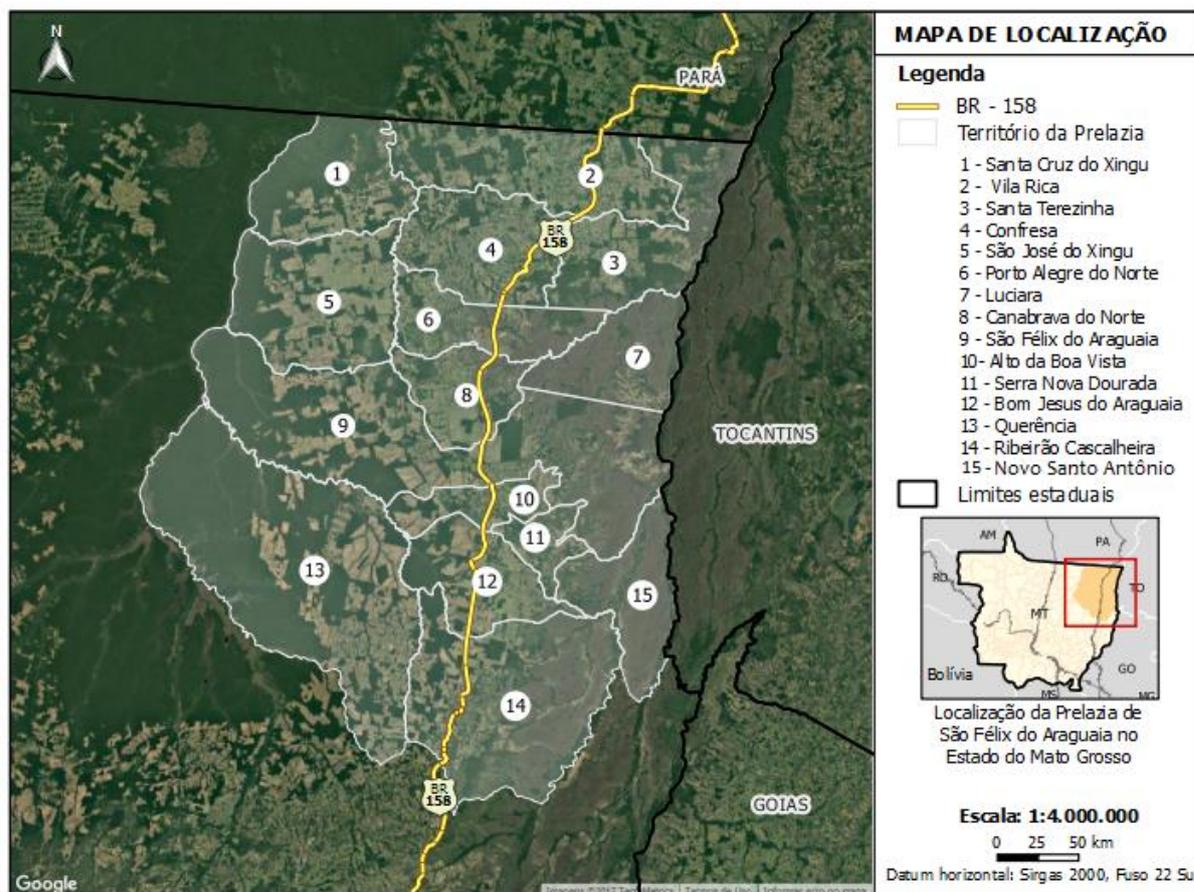
As razões para seu surgimento estiveram ligadas ao contexto de vulnerabilidade em que a população do nordeste mato-grossense enfrentava: um cenário de quase total abandono de pequenos povoados sem o mínimo de infraestrutura e péssimas condições de vida, além das constantes ocorrências de violência na região, que gradualmente começaram a se acentuar com a chegada de novos migrantes e empresas, promovendo uma série de conflitos relacionados ao uso e a posse da terra. Enviado pela Igreja Católica, Casaldáliga passou a assumir as responsabilidades sociais e religiosas na região. Passado um ano, oficializou-se a criação da Prelazia pelo Vaticano (CASTRAVECHI & GOMES, 2012).

Contra a violência e a segregação das pessoas que ali viviam, o bispo passou a defender a população marginalizada pelo intenso processo de ocupação e desenvolvimento na região, em especial os moradores pobres e as populações indígenas (CAMILO, 2013; SOUZA, 2007). Amparados pelo reconhecimento das suas necessidades e da luta diária, a população aos poucos foi se identificando com as ideias e ações da Igreja. Logo, o caráter religioso tornou-se uma característica forte e presente das famílias residentes (GOMES & NETO, 2013). A abrangência das ações eclesiais também se estendeu às questões políticas, um processo tratado em conjunto com os moradores que fortaleceu ainda mais as noções culturais e o aporte assistencialista daquela população em relação a igreja (CAMILO, 2013).

5.2. Localização e características geográficas

O território da Prelazia de São Félix do Araguaia se encontra no nordeste do estado do Mato Grosso e é composta por quinze municípios: Vila Rica; Santa Cruz do Xingu, Confresa, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte, São José do Xingu, Canabrava do Norte, Luciara, São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista, Serra Nova, Novo Santo Antônio, Bom Jesus do Araguaia, Querência e Ribeirão Cascalheira (figura 3).

Figura 3. Mapa de localização do território da Prelazia de São Félix do Araguaia.



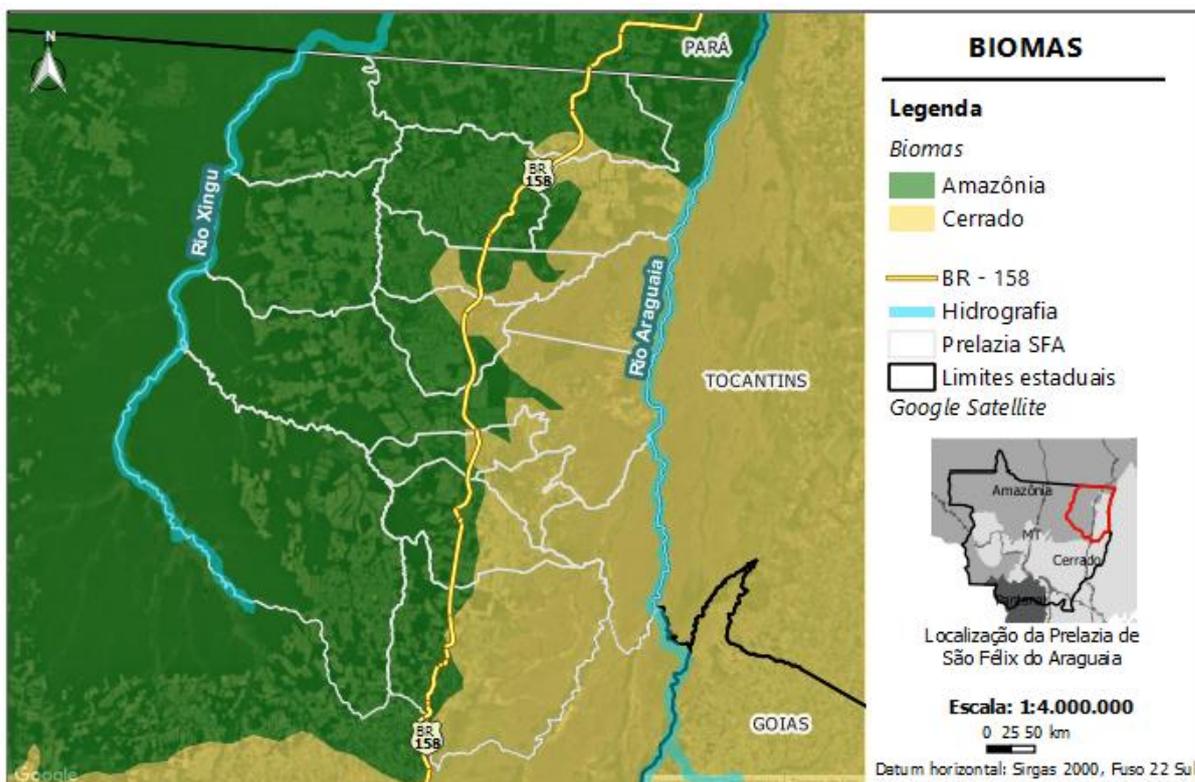
Fonte: Elaboração própria.

O território da Prelazia, estabelecido pela Igreja Católica, faz divisa com os atuais estados do Pará e de Tocantins e possui a mesma delimitação geográfica dos municípios que compõe o Território da Cidadania do Baixo Araguaia, território criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na esfera federal, como estratégia de desenvolvimento regional. Seu objetivo era a promoção do desenvolvimento, por meio de políticas específicas, em regiões caracterizadas pelo seu baixo dinamismo socioeconômico, pela desigualdade social e pela alta concentração de agricultores familiares e assentados de reforma agrária. A área total é estimada em aproximadamente de 116.000 km² (OLIVEIRA, 2016; TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2008).

Cortada verticalmente pela extensa BR-158, a região contempla parte do bioma Amazônico e parte da área de Cerrado, o que traz características marcadas por áreas de transição que vem se modificando cada vez mais com as constantes mudanças de

uso da terra na região (ALVES & GOMES, 2009; BARROZO, 2007; ALVES, 2009; DOMINGUES & BERNMANN, 2012) (figura 4).

Figura 4. Biomas no Território da Prelazia de São Félix do Araguaia

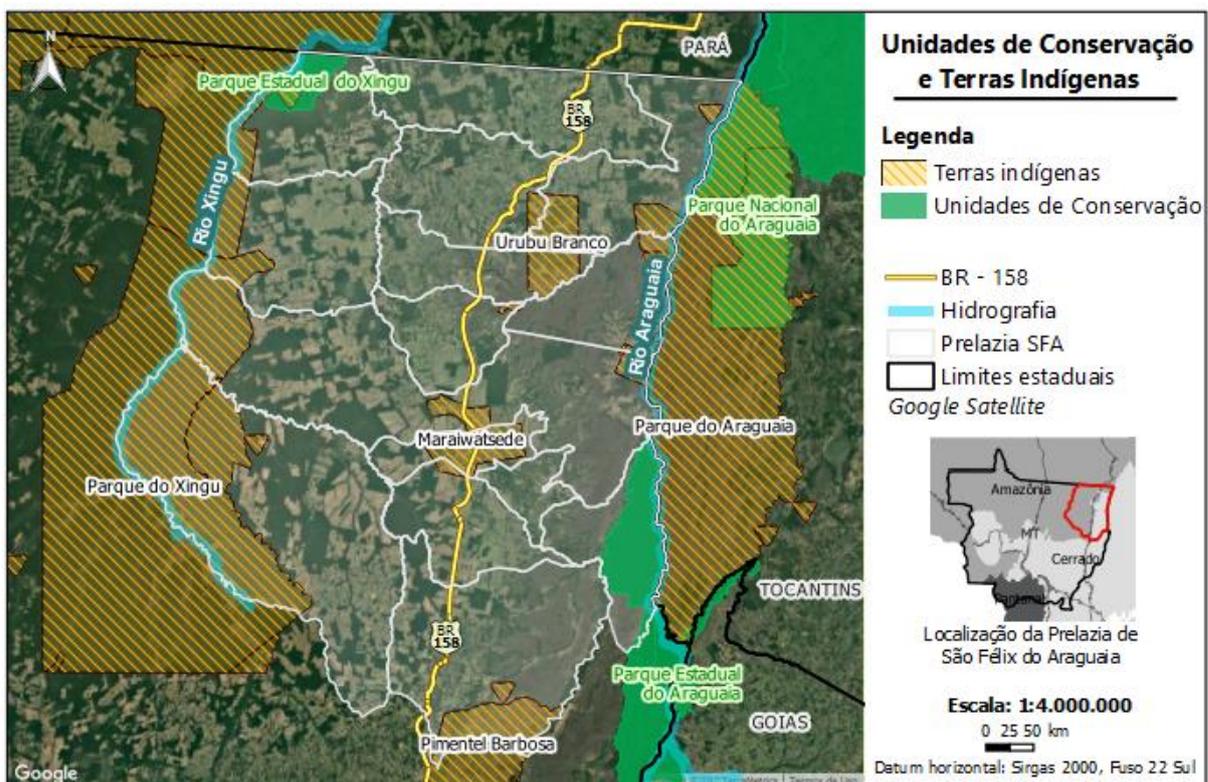


Fonte: Elaboração própria.

Atualmente, a paisagem se configura de forma bastante diversificada com a presença de áreas de vegetação nativa e áreas plantadas. As regiões de planícies perfazem grande parte da região e denotam grande potencial para o desenvolvimento agrícola, especialmente nas áreas de floresta Amazônica em que o solo é mais fértil (ALVES, 2009). A paisagem tem se modificado gradativamente com o processo de mudança de uso do solo na região, com o aumento das áreas de pastagem para a criação de gado de corte e do cultivo do arroz e da soja, entretanto, também são encontrados, mais ao norte da Prelazia, atividades como pecuária, pesca e agricultura em pequena escala, com o cultivo de milho, mandioca e cana-de-açúcar (ALVES, 2009; BARROZO, 2006). Moldada pelas novas dinâmicas político-econômicas e pela ocupação do território, a fragmentação da vegetação original tem se tornado cada vez mais recorrente (ALVES & GOMES, 2009).

A Prelazia possui como limites naturais os rios Araguaia e Xingu, que passam por duas das Unidades de Conservação localizadas no território: o Parque Estadual do Xingu e o Parque Estadual do Araguaia, além do município de Santa Terezinha fazer divisa com o Parque Nacional do Araguaia (PTDRS, 2006). Ademais são demarcadas nove terras indígenas regularizadas, presentes em nove dos quinze municípios do território da Prelazia, dentre elas o Parque Indígena do Xingu (PIX), com extensão de aproximadamente 2.640.000 de hectares, incidentes sobre os municípios de Querência, São Félix do Araguaia, São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu, além de mais oito terras indígenas em estudo e processo demarcação (ISA, 2017) (figura 5).

Figura 5. Unidades de conservação e terras indígenas na Prelazia de São Félix do Araguaia



Fonte: Elaboração própria.

A população total no território corresponde a cerca de 125.000 habitantes apresentando uma baixa densidade demográfica (IGBE, 2010), e pode ser caracterizada pelo precário desenvolvimento social, em que são realidades a pobreza e a desigualdade socioeconômica (QUINQUIOLO, 2016). A agricultura familiar é

bastante presente, com cerca de 1.300.000 hectares de área destinados a reforma agrária e aproximadamente 16 mil famílias assentadas (CGMA, 2015).

Assim como enfatizado no desenvolvimento teórico deste trabalho, as dinâmicas territoriais da região são reflexo dos desdobramentos das forças político-econômicas que tem influenciado na sua distribuição territorial (PELUSO & WATTS, 2001; ROBBINS, 2004). Esse fator está relacionado às atividades agrícolas desempenhadas no território como parte dos modelos de produção recorrentes no espaço rural mato-grossense (EMPINOTTI, 2015).

Em uma constante disputa pelos direitos de propriedade, posse e uso do solo, as tensões têm evidenciado como as condições das práticas agrícolas modernas, com setores voltados ao mercado de commodities para exportação e um alto nível de tecnificação da agricultura, tem se expandido e se sobressaído sobre os demais modelos de produção tradicionais, em geral, marcado por propriedades de pequena extensão e voltadas ao mercado interno (QUINQUIOLO, 2016)

A dinâmica de ocupação no território da Prelazia condicionou a concentração fundiária na região, em que casos de conflitos ambientais se tornaram recorrentes, sobretudo associados a questão terra (BARROZO, 2006). Deste modo, a configuração social também foi sendo modificada, sobretudo com a chegada dos migrantes e empresas de colonização na região que se diferenciam de acordo com os modelos de produção, o acesso à terra e a região de origem (QUINQUIOLO, 2016; ALVES & GOMES, 2009).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na literatura disponível sobre o processo de transformação da paisagem no território da Prelazia e pelo método de tratamento e espacialização dos dados levantados, esta seção tem como objetivo mostrar os principais resultados da relação entre as diferentes dinâmicas de uso da terra na região e a incidência de conflitos ambientais no Território da Prelazia de São Félix do Araguaia durante o período compreendido entre os anos de 1970 a 2008.

A primeira subseção procurou evidenciar o processo de ocupação e estruturação fundiária na região do Baixo Araguaia por meio da identificação das diferentes formas de interação entre grupos sociais num mesmo território, e como este

estiveram associados ao processo de mudança na paisagem, em especial o uso do solo, em momentos de maior tensão na região diante confronto das lógicas em disputa.

Em seguida, são identificadas as dinâmicas políticas e sociais presentes nesse processo, sobretudo com a atuação da Igreja Católica que além do seu papel como instituição, passa a assumir um papel político sobre o território.

Por fim, a última subseção apresentará a análise dos resultados obtidos por meio da espacialização das ocorrências dos conflitos relacionados à terra no território da Prelazia em relação as dinâmicas de uso do solo numa série temporal.

6.1. O processo de ocupação e a estruturação fundiária no Baixo Araguaia e as conseqüentes transformações na paisagem

Com um baixo contingente populacional, o Baixo Araguaia esteve ocupado predominantemente por populações indígenas até meados da década de 1940. O primeiro grupo de migrantes eram nordestinos que se estabeleceram na parte norte da Prelazia, com principais atividades econômicas a introdução da pecuária e da agricultura de subsistência, com a plantação da mandioca e do milho. Esses produtores compõem a classe mais pobre dos produtores, das quais não possuem qualquer título de sua propriedade, não conseguindo comprovar a verdadeira posse da terra (QUINQUILO, 2016).

Quando iniciaram-se as primeiras ondas de migrações na região, incentivadas pelo projeto de governo brasileiro “Marcha para Oeste” (BARROZO, 2006; 2007; 2010; SILVA & SATO, 2010; SILVA & SATO, 2012), um segundo grupo de migrantes passa a se estabelecer na região. Composto, por migrantes que se estabeleceram com o auxílio dos incentivos fiscais oferecidos pela SUDAM, predominavam fazendeiros e empresários que se instalaram na região para a promoção de projetos agropecuários, financiados e estimulados por programas de desenvolvimento com a introdução da pecuária como principal atividade econômica (QUINQUILO, 2016; BERNARDES, 2008; PINTO et al, 2009; SOUZA, 2008; 2010).

Como parte da campanha do governo Vargas, a orientação desses fluxos migratórios tinha como principal objetivo a expansão da fronteira agrícola, sobretudo, mediante a criação das Colônias Agrícolas Nacionais (BARROZO, 2010). Esses

empreendimentos tiveram em sua implantação a função de explorar as possibilidades de abertura do capital no Centro do país, com base na ocupação e apropriação das terras consideradas, até então, vazias (BARROZO, 2010; SOUZA, 2010; PONCIANO, 2001). Com grande entusiasmo, os incentivos realizados pelo governo nacional ocorreram por meio da distribuição de terras para as colonizadoras a um baixíssimo custo e pelo investimento de obras urbanas para que fossem viabilizadas as ocupações desses territórios (BARROZO, 2010; CUSTÓDIO, 2010).

Em decorrência dos incentivos, segundo Barrozo (2010), só no Mato Grosso, a alienação de terras chegou a 4 milhões de hectares, entretanto, a aquisição foi completamente orientada para algumas colonizadoras, concentrando extensas glebas àquelas que tinham como principal atividade empreendedora as práticas mineradoras e agropecuárias.

Ainda que direcionadas à região central do Brasil, as colonizadoras não se distribuíram igualmente pelo território mato-grossense. As primeiras instalações ocorreram no sul do estado, enquanto áreas mais afastadas ao norte só tiveram seu processo de urbanização décadas depois, com a retomada dos esforços do governo para a ocupação das áreas mais longínquas a partir dos anos 1970 (BARROZO, 2010).

Entretanto, isso não representou a estagnação populacional no Baixo Araguaia. A região teve relativo crescimento demográfico com o deslocamento, além de fazendeiros e empresários, de famílias maranhenses e paraenses que se instalavam às margens do rio Araguaia decorrente da forte propagação sobre as “grandes oportunidades” (BARROZO, 2007; DUTRA, 2015).

Orientado por um modelo desenvolvimentista, Custódio (2010) explica como as políticas territoriais levaram a um exacerbado otimismo sob região, clamado pelo discurso do grande investimentos e recursos aplicados para a mudanças socioeconômicas. O rearranjo econômico gerou euforia e expectativas, porém, na prática, a dura realidade durante o processo de estruturação dessas regiões demonstrou a veracidade de um campo imerso em disputas pela posse da terra (SOARES, 2010; SOUZA, 2010; CANTUÁRIO, 2009).

Durante essa primeira fase migratória, é possível observar os primeiros indícios de mudanças na paisagem. O deslocamento de famílias para as regiões centrais já possuía no interior de suas práticas a intensão política de alteração de uso das “terras

esquecidas”, por meio de estratégias estabelecidas pelo governo brasileiro em possuir uma dominação regional e um alargamento das atividades econômicas e do contingente populacional nessas regiões (BARROZO, 2010).

Os primeiros conflitos ambientais decorrentes da disputa pela terra ocorreram entre a população migrante e as populações indígenas a partir da década de 1930 (SOUZA, 2010). Os nordestinos que se dirigiram ao Baixo Araguaia, percorreram um longo caminho através do Rio Araguaia, enquanto os tocantinenses avançaram pelo norte do Estado de Goiás (atual Tocantins), até se estabelecerem nos municípios de Santa Terezinha e Luciara em meados dos anos 1930, em São Félix do Xingu e Porto Alegre do Norte no início da década de 1940 e, posteriormente, em Novo Santo Antônio e Canabrava do Norte em meados dos anos 1950. Apesar das tensões e dos casos de violência existentes, foram estabelecidos acordos de convívio entre as famílias e as comunidades tradicionais (SOARES, 2010).

Desse modo, as mudanças do uso do solo começaram a se evidenciar com o início das práticas desenvolvidas, a começar pelo garimpo, seguidas da introdução da pecuária, devido as atrativas áreas de campo no Cerrado. Esta última passou a marcar a economia predominante na região (SOARES, 2010).

A partir da década de 1970, iniciou-se a segunda onda de migrações, com os fluxos migratórios cada vez mais intensos (KOHLHEPP & BLUMENSCHHEIN, 2000). O terceiro grupo de migrantes se desloca para a região, este originários da região Sul do país, que se estabeleceram por meio das colonizações privadas a partir da década de 1970, sobretudo na porção sul da Prelazia, caso do município de Querência, tendo como a principal atividade econômica a introdução direta da agricultura, por meio do arroz, seguido, a partir dos anos 1980s, da expansão do plantio em larga escala da soja e do milho, ou a transição da pecuária para a agricultura nos municípios que já eram consolidados (EMPINOTTI, 2015; QUINQUILO, 2016).

Como característica de um governo centralizado, marcado pelo período de ditadura militar, os programas de colonização de terras se deram de forma planejada tanto pelos projetos públicos do governo como pelo alto investimento do setor privado (BECKER et al., 1990; CUSTÓDIO, 2010).

Os empreendimentos tinham em sua implantação a função de solucionar as tensões agravadas pelas reivindicações de agricultores familiares e movimentos

sociais por reforma agrária na região Sul e Sudeste do país (ALVES & NETO, 2010; BARROZO, 2006; 2010).

Se a ocorrência de conflitos referentes a ocupação de terras já era existente, com o estabelecimento de alguns projetos agropecuários na região, as disputas tornaram-se mais acirradas (ALVES, 2001; BARROZO, 2006). O processo de ocupação, via programas de colonização, tornou as práticas de desmatamento cada vez mais comuns, contabilizando a destruição de milhões de hectares de florestas (ALVES, 2001).

Os incentivos fiscais se expandiram rapidamente durante o período. Os subsídios de natureza pública, oferecidos pelo governo por meio da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) reforçou a emergência de um grande mercado de venda de terras (CUSTÓDIO, 2010).

Segundo Barrozo (2010), o órgão federal tinha como exigência o desmatamento de 50% da área disponibilizada, reforçando o modelo de ocupação produtiva imposto. A paisagem, deste modo, passou a se transformar rapidamente, com o alargamento do processo de concentração e especulação fundiária e o predomínio do uso da terra para pastagens.

O capital privado também teve sua participação no financiamento da região. Com o investimentos realizados pelos próprios empreendimentos agropecuários instalados no Baixo Araguaia (FEARNSIDE, 1991; MORENO, 1999; BARROZO, 2006; 2007; 2010), as empresas passaram a receber isenção de impostos de renda, além de induzir o direcionamento desses projetos em áreas oficialmente denominadas como “floresta de transição”, ou seja, houve um explícito incentivo para a derrubada da floresta para a valorização da terra para fins produtivos e especulativos (FEARNSIDE, 1991; CUSTÓDIO, 2010; ALVES & NETO, 2010).

Aos poucos, desenvolveram-se pequenos núcleos urbanos concentrados próximos aos eixos rodoviários. A abertura da BR-158, que corta verticalmente o Baixo Araguaia, permitiu a entrada de novos colonos ao conectar a região de Barra do Garças, MT (BARROZO, 2010). Os impactos ocasionados pela abertura de novas estradas também se revelaram como vetor de conflitos, muitas ocupações próximas as estradas propiciaram a especulação da terra como reserva de valor, com apreciação crescente e superior a inflação no período, observou-se nesses locais,

casos de tensões violentos, sobretudo com a população indígena (FEARNSIDE, 1991; PEDROSO JR, 2008; BARROZO, 2010).

Um dos conflitos de maior expressão envolvendo projetos agropecuários, localizados no eixo rodoviário, foi o da Fazenda Suiá-Missú em São Félix do Araguaia, que tem o território em disputa desde meados de 1960, quando a empresa comprou, ocupou e se consolidou em terras ocupadas pelos indígenas Xavantes (ROSA, 2015; TAFNER JR & SILVA, 2014).

Com a conquista do título de maior latifúndio da América Latina no final dos anos 1960, a Fazenda Suiá-Missú teve aproximadamente 650 mil hectares de área, o correspondente a cerca de 30% de toda a área atribuída aos estabelecimentos da região do Araguaia aprovados pela SUDAM (BARROZO, 2010; TAFNER JR & SILVA, 2014). O enfrentamento com a população indígena *Marãiwatsédé* ocorreu desde a instalação da empresa agropecuária, com o conflito agrário não solucionado até os dias atuais, envolvendo cerca de 600 famílias no conflito (CPT, 2016). Muitas das áreas vendidas pelo governo do estado sobrepueram o território indígena e as principais consequências foram a apropriação das terras e a expulsão e morte de muitos dos indígenas (ROSA, 2015; 2016). Ainda que oficialmente demarcada como território indígena *Marãiwatsédé* em 1993, esse grupo teve perdas significativas relativos à delimitação de seu território afetando diretamente suas práticas culturais, ao passo que as mudanças de ressignificação da natureza nessas áreas tornaram-se cada vez mais evidente com a imposição do novo modelo econômico orientado pelas lógicas de mercado (DELUCI & PORTELA, 2013; ROSA, 2015). O crescente processo de urbanização nessa região, incentivados pela abertura de estradas levou ao estabelecimento de novas fazendas e chácaras, assim como muitas invasões de posseiros e interesses de grileiros e comerciantes na região. O município de Alto da Boa Vista tem hoje praticamente toda sua delimitação no território indígena (ROSA, 2015).

Apesar da destinação de milhares de hectares a projetos agropecuários, é importante ressaltar que mesmo os proprietários de pequenas propriedades e posseiros de baixa renda que chegaram a região sem qualquer tipo de auxílio dos programas federais ou estaduais foram responsáveis pelo desmatamento de vastas áreas de vegetação nativa (FEARNSIDE, 1988; BARROZO, 2006). A utilização de práticas como corte seletivo e queima da vegetação para a intensificação agrícola

tornou-se uma das soluções mais rentáveis ao agricultor, posto que estes não possuíam recurso financeiro para tratar a terra com práticas alternativas e de menor impacto ambiental (FEARNSIDE, 1991).

Resultante dessas práticas, áreas de vegetação nativa foram rapidamente substituídas pelo modelo agropecuário de uso intensivo revelando a mudança da paisagem (PEDROSO JR, 2008).

Em decorrência desse processo, Barrozo (2006) explica como o acesso à terra ficou comprometido àqueles que não possuíam poder de compra. Se por um lado grandes grupos econômicos vindos do sul e sudeste adquiriam extensas glebas, por outro, famílias residentes e migrantes mais pobres se viram encurralados pelas rápidas transformações desenvolvimentista. As oportunidades e os benefícios dessas mudanças não ocorreram de maneira uniforme no espaço, nem de forma igualitária. O processo de expulsão dos trabalhadores do campo e populações indígenas, seja por não conseguirem se adaptar às novas exigências do capital, seja pela falta de acesso, resultou, a partir dos anos de 1970, na intensificação de um dos momentos mais conflituosos no campo até então (PINTO et al, 2009; SOUZA, 2007).

A agricultura no território da Prelazia iniciou seu processo de modernização em meados dos anos de 1980, cada vez mais independente de trabalhadores rurais ao se apropriar de técnicas e equipamentos tecnológicos (TEIXEIRA, 2005; SOUZA, 2007; BARROZO, 2006; 2007).

Apesar disso, cresceram o número de agricultores familiares e o número de pequenos povoados na região, em sua grande maioria, com práticas de agricultura de subsistência e da pecuária, com poucas oportunidades para seu desenvolvimento (BARROZO, 2010).

A modernização tornou-se seletiva e conservadora, incentivos como o acesso a assistência técnica e créditos rurais eram destinados a criação de gado leiteiro e agricultura de larga escala. Entretanto, a estrutura e logística entre o processamento e a comercialização do leite tornavam-se inviáveis pelo pouco capital dos produtores, ao passo em que as lavouras também deveriam ser voltadas para a grande produção e destinação o mercado externo, notavelmente os acessos a tais assistências e crédito rural foram encaminhados aos proprietários de grande propriedade e de maior capital (BARROZO, 2007).

O processo de expropriação de muitos trabalhadores rurais, apesar de não se manifestar nitidamente como o caso dos indígenas, ocorreram pela expulsão e pelo abuso da força de trabalho dessas famílias, onde é recorrente não só a incidência de trabalho escravo, mas também análogo a este, visto que há poucas opções para a geração de renda desses grupos (BARROZO, 2010).

Ao passo que a segregação tornou-se mais evidente e os conflitos mais intensos, as transformações físicas do território foram moldando os novos espaços. O desmatamento e as queimadas expandiram-se em alta frequência refletindo no assoreamento e a poluição de rios, e mais recentemente, na contaminação destes por produtos tóxicos provenientes da agricultura mecanizada (BARROZO, 2010).

Apesar da recessão econômica e o fim período desenvolvimentista com o restabelecimento do governo democrático no final dos anos de 1980, os investimentos para o avanço da fronteira agrícola não sofreram com a desaceleração na economia (FEARNSIDE, 2005). As migrações em direção ao território da Prelazia de São Félix do Araguaia declinaram, assim como os índices de desmatamento (CUNHA et al, 2006; FEARNSIDE, 2005). Sem recursos, a abertura e asfaltamento de rodovias passou a se estagnar, assim como os projetos de assentamento. Entretanto, não demorou muito para que o sistema se reajustasse.

Durante os anos 1990, o governo federal, por meio do INCRA, iniciou o processo de regularização da posse de terras em locais onde marcados pelo conflito agrário. A partir dos anos 2000, a monocultura da soja, iniciada ainda entre as décadas de 1980 e 1990, passou a se expandir demasiadamente (BERNARDES, 2009). Com destaque ao município Querência, o avanço iniciou-se na parte sul da Prelazia, destacando-se por adentrar a áreas próximas a BR-158, afim de facilitar o escoamento da produção (SALOMON, 2008; BARROZO, 2006). Novamente, um novo processo de transformação da paisagem começou a refletir na mudança de uso do solo na região, que passou a dar entrada em suas extensas pastagens para a agricultura (BARROZO, 2006).

A forte presença da agricultura familiar no território da Prelazia passou a sentir os efeitos da crescente expansão do empresariado rural de grande porte, com a perda de espaço devido a expansão do agronegócio e da “sociedade da soja”, na formação de “novo modelo rural”, com o setor agro-industrial cada vez mais importante e

dinâmico no cenário brasileiro, aderindo às práticas neoliberais de flexibilização da economia (BERNARDES, 2009; IORIS, 2017).

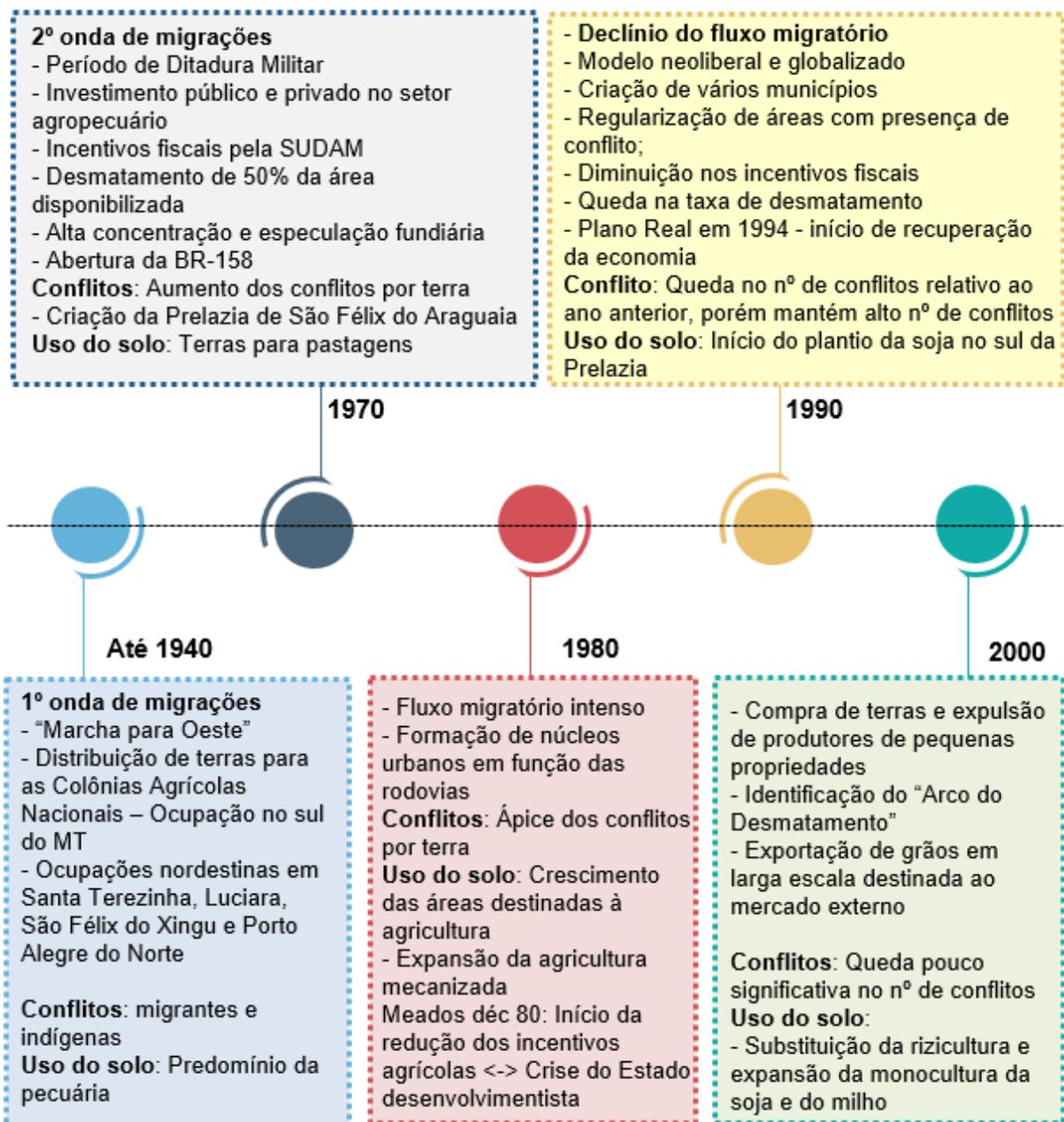
A falta de tecnologia e adaptabilidade por parte desses grupos de menor capital, esbarraram nas barreiras construídas pela própria agenda política do governo federal, que tinha incentivado a eficiência e o crescimento da produção tecnológica no setor agrícola (LORIS, 2017; BARROZO, 2010).

Contudo, Neto (2007) explica como o Brasil chegou a perder só entre os anos de 2003 a 2004, o equivalente a aproximadamente 26 mil km² de floresta por meio da ocupação de novas áreas de transição. O processo de grilagem e as diversas irregularidades, que se estendem ao campo político, tem elevado e naturalizado a corrupção e violência na região. A funcionalidade de novos usos do espaço agrário revelou a construção de novas relações sociais baseadas no método de produtividade da terra como unicamente espaço de negócios (BERNARES, 2008; ROSA, 2015).

Os princípios da privatização da terra e o aumento dos latifúndios subjugarão (e continuam a subjugar) um modelo de desenvolvimento econômico de práticas extensivas sobre os modelos desenvolvimento tradicionais (BARROZO, 2010). Nesse processo, a disputa pela apropriação dos espaços rurais tem aumentado o número de conflitos ambientais relativos a terra, de modo a favorecer a descaracterização da paisagem com o aumento de queimadas e a derrubada de milhares de hectares a cada ano (PINTO et al, 2009; ALVES & GOMES, 2009). Presencia-se a concretização dos processos de exclusão, violência e expropriação de agricultores familiares, trabalhadores do campo e indígenas que levam a ocorrência de conflitos e a recorrente modificação do uso do solo, recentemente, com entrada da monocultura da soja e da agricultura mecanizada na porção sul da Prelazia e que vem se expandido para ao norte da região (BERNARDES, 2008; 2009; BARROZO, 2010).

Com o objetivo de sistematizar as informações apresentadas até o momento, com base na identificação do processo de estruturação fundiária e das dinâmicas políticas e sociais no território da Prelazia, foi elaborada uma linha do tempo (figura 6) com os principais aspectos que contribuíram para o aumento do conflito ambiental e na mudança de uso do solo na região.

Figura 6. Linha do tempo



Fonte: Elaboração própria

Posto isso, observa-se como os casos de conflito relacionam-se com a transformação do uso do solo na região. Ao identificar os tipos de usos incidentes em cada local apresentados na literatura, foi possível ter uma indicação das relações entre os grupos sociais envolvidos nos conflitos. Para tanto, foi elaborado uma matriz de conflito indicando a relação entre os diversos usos da terra (tabela 3).

Tabela 3. Relação entre mudança de uso do solo e nº de conflitos (1970-2008)

Município	Ano de Criação	Terra Indígena/ Unidade de Conservação	Mudança de Uso do Solo/ Conflito De Terra	Década			
				70	80	90	2000
Alto da Boa Vista	1993	TI Marãiwatsédé	Uso do Solo	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Agricultura Plantio: Arroz/ Milho
			Nº de Conflito	0	5	1	2
Bom Jesus do Araguaia * (Alto Boa Vista e Ribeirão Cascalheira)	1999	TI Marãiwatsédé	Uso do Solo	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Agricultura Plantio: Soja
			Nº de Conflito	0	0	0	2
Canabrava do norte	1993	TI Krenrehé	Uso do Solo	Pecuária e agricultura de subsistência	Pecuária	Pecuária	Pecuária
			Nº de Conflito	0	5	9	36
Confresa	1993	-	Uso do Solo	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Pecuária	Agricultura Plantio: Cana/ Arroz/ Milho
			Nº de Conflito	1	0	5	17
Luciara	1963	TI Krenrehé	Uso do Solo	Pecuária e agricultura de subsistência	Pecuária e agricultura de subsistência	Pecuária e agricultura de subsistência	Pecuária e agricultura de subsistência Plantio: Mandioca
			Nº de Conflito	3	72	58	0
Novo Santo Antônio * (São Félix do Araguaia e Cocalinho)	1999	Proteção integral	Uso do Solo	Pecuária e agricultura de subsistência	Pecuária e agricultura de subsistência	Pecuária e agricultura de subsistência	Agricultura Plantio: Mandioca
			Nº de Conflito	0	0	0	0
Porto Alegre do Norte	1986	-	Uso do Solo	Pecuária e agricultura de subsistência	Pecuária	Pecuária	Agropecuária Plantio: Arroz e Soja
			Nº de Conflito	10	26	10	20
Querência	1993	-	Uso do Solo	Vegetação nativa	Agricultura Plantio: Arroz	Agropecuária/ Agric. mecanizada Plantio: Soja	Agricultura Plantio: Arroz e Soja
			Nº de Conflito	0	0	4	8
Ribeirão cascalheira	1989	-	Uso do Solo	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Agricultura Plantio: Soja
			Nº de Conflito	5	10	14	19
São Félix Do Araguaia	1976	TI Marãiwatsédé Parque do Xingu	Uso do Solo	Pecuária e agricultura de subsistência	Pecuária	Agropecuária/ Agric. mecanizada Plantio: Soja	Agricultura mecanizada Plantio: Arroz e Soja
			Nº de Conflito	136	188	15	8
São José do Xingu	1993	TI Capoto/Jarina Parque do Xingu	Uso do Solo	Vegetação nativa	Pecuária	Pecuária	Agricultura Plantio: Milho
			Nº de Conflito	0	0	0	2
Santa Cruz do Xingu * (São José do Xingu)	1999	TI Capoto/Jarina Kapôt Nhinore	Uso do Solo	Vegetação nativa	Pecuária	Pecuária	Agricultura Plantio: Arroz
			Nº de Conflito	0	0	0	0
Santa Terezinha	1980	TI Lago Grande	Uso do Solo	Vegetação nativa	Pecuária	Pecuária	Agricultura Plantio: Arroz
			Nº de Conflito	0	0	0	0
Serra Nova Dourada* (Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia)	1999	-	Uso do Solo	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Agricultura Plantio: Milho
			Nº de Conflito	0	1	0	2
Vila Rica	1986	TI Kapôt Nhinore	Uso do Solo	Vegetação nativa	Vegetação nativa	Pecuária	Agricultura Plantio: Milho
			Nº de Conflito	0	12	11	11

* Desmembramento

Fonte. Elaboração própria.

A matriz indica o ano de criação de cada município e se houve o processo de desmembramento deste por um ou mais municípios. A terceira coluna indica os usos do solo considerados “fixos” estabelecidos por legislação, com a presença ou ausência de Terras Indígenas e de Unidades de Conservação. Além dessas informações são apresentadas as colunas com usos “passíveis de transformação” no tempo, indicadas pela mudança da cobertura do solo pelas distintas práticas agropecuárias em cada período e o número de conflitos de terra registrados correspondente.

Ao observar a matriz de conflito, é possível indentificar as principais variações dos conflitos relativos à terra em cada município durante os anos de 1970 à 2008, e como estes estiveram relacionados a suas respectivas mudanças de uso do solo.

É possível perceber, de forma geral, como a vegetação natural é substituída pelas práticas agropecuárias após a criação do município, com exceção dos municípios que foram desmembrados de outros (Bom Jesus do Araguaia, Novo Santo Antônio, Santa Cruz do Xingu e Serra Nova Dourada) ou que já possuíam algum histórico de ocupação anterior à década de 1970 (Canabrava do Norte, Luciara, Novo Santo Antônio, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte e São Félix do Araguaia). A matriz abaixo (tabela 4) demonstra os padrões de transformação do uso do solo em cada município durante cada período.

Tabela 4. Padrões de transformação do uso do solo (1970-2008)

Municípios	Uso do solo por período (I II III IV)	Legenda
Canabrava do Norte	Ps P P P	<p><u>Períodos:</u></p> <p>I: 1970 – 1979 II: 1980 – 1989 III: 1990 – 1999 IV: 2000 – 2008</p> <p><u>Uso do solo:</u></p> <p>A: Agricultura P: Pecuária Ps: Pecuária de subsistência V: Vegetação natural</p>
Luciara	Ps Ps Ps Ps	
Novo Santo Antônio	Ps P A A	
Porto Alegre do Norte	Ps P A A	
São Félix do Araguaia	Ps P A A	
Confresa	V V P A	
São José do Xingu	V V P A	
Santa Cruz do Xingu	V V P A	
Santa Terezinha	V V P A	
Vila Rica	V V P A	
Alto da Boa Vista	V V V A	
Bom Jesus do Araguaia	V V V A	
Ribeirão Cascalheira	V V V A	
Serra Nova Dourada	V V V A	
Querência	V A A A	

Fonte. Elaboração própria.

As modificações mais evidentes correspondem ao processo de transformação da vegetação nativa para introdução da pastagem, e a posterior introdução da agricultura, como nos municípios de Confresa, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha e Vila Rica. Em outros casos, sobretudo dos municípios de ocupação mais antiga, a atividade pecuária já estava estabelecida durante os anos de 1970, no caso de Canabrava do Norte e Luciara, essa ainda corresponde à principal atividade econômica dos municípios, enquanto Porto Alegre do Norte, São Félix do Araguaia e Novo Santo Antônio tiveram sua principal atividade econômica substituída pela agricultura a partir dos anos de 1990. Por fim, um terceiro grupo tem as mudanças da vegetação nativa para a introdução direta da agricultura, como os municípios de Alto da Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Doura e, principalmente, o município de Querência, que tem essa transição já em 1980.

Em relação ao número de conflitos, apesar de ser necessária uma análise mais rigorosa para o entendimento da realidade de cada município, é interessante observar como a distribuição não ocorre de forma linear e nem com as mesmas proporções em

cada município. Isto indica que são necessárias investigações mais robustas em cada caso para a identificação dos fatores que levaram a insurgência de cada conflito. Alguns desses casos, entretanto, já foram explorados pela literatura.

O município de São Félix do Araguaia, por exemplo, aparece como o município atípico, distanciando-se dos demais pelo alto número de conflitos entre os anos de 1970 e 1980, com 324 casos registrados e sua queda brusca nos anos seguintes saltando de 188 registros para 15 e posteriormente 8. A esse fato, pode ser associado a presença da terra indígena de *Marãiwatsédé*, que tem evidenciado um território de disputas desde a instalação da empresa Suiá-Missú nessa região ao final dos anos de 1960 (ROSA, 2015).

Para facilitar a compreensão e evidência de um possível padrão espacial, a seção seguinte terá como objetivo a espacialização dos registros de conflito de terra.

6.2. Espacialização e análise dos Conflitos ambientais

A espacialização dos dados disponíveis de conflitos de terra no território da Prelazia de São Félix do Araguaia foi realizada a partir da elaboração de quatro mapas temáticos ao longo de uma escala temporal. Cada um dos mapas refere-se a um determinado período, sendo o primeiro deles correspondente aos anos de 1970 a 1979; o segundo de 1980 a 1989; o terceiro de 1990 a 1999 e; por fim, o quarto período de 2000 a 2008 (figura 7).

Ao analisar a variação temporal dos conflitos de terra, constata-se que no período de 29 anos houve um aumento substancial dos municípios que registraram a ocorrência de conflitos. O preenchimento de quase a totalidade dos municípios ocorreu de forma gradual e com variação entre os períodos na quantidade de ocorrências registradas.

No período I (1970-1979), apesar de apenas 5 dos 15 municípios relatarem a ocorrência de conflitos, o alto número de conflitos registrados indica como a problemática da terra foi bastante presente em grande parte dos municípios a leste da BR-158. São Félix do Araguaia destaca-se como um outlier, ao evidenciar, em números absolutos, o município de maior tensão com 136 ocorrências registradas (tabela 5). Dos municípios que fazem fronteira com o estado de Tocantins, apenas

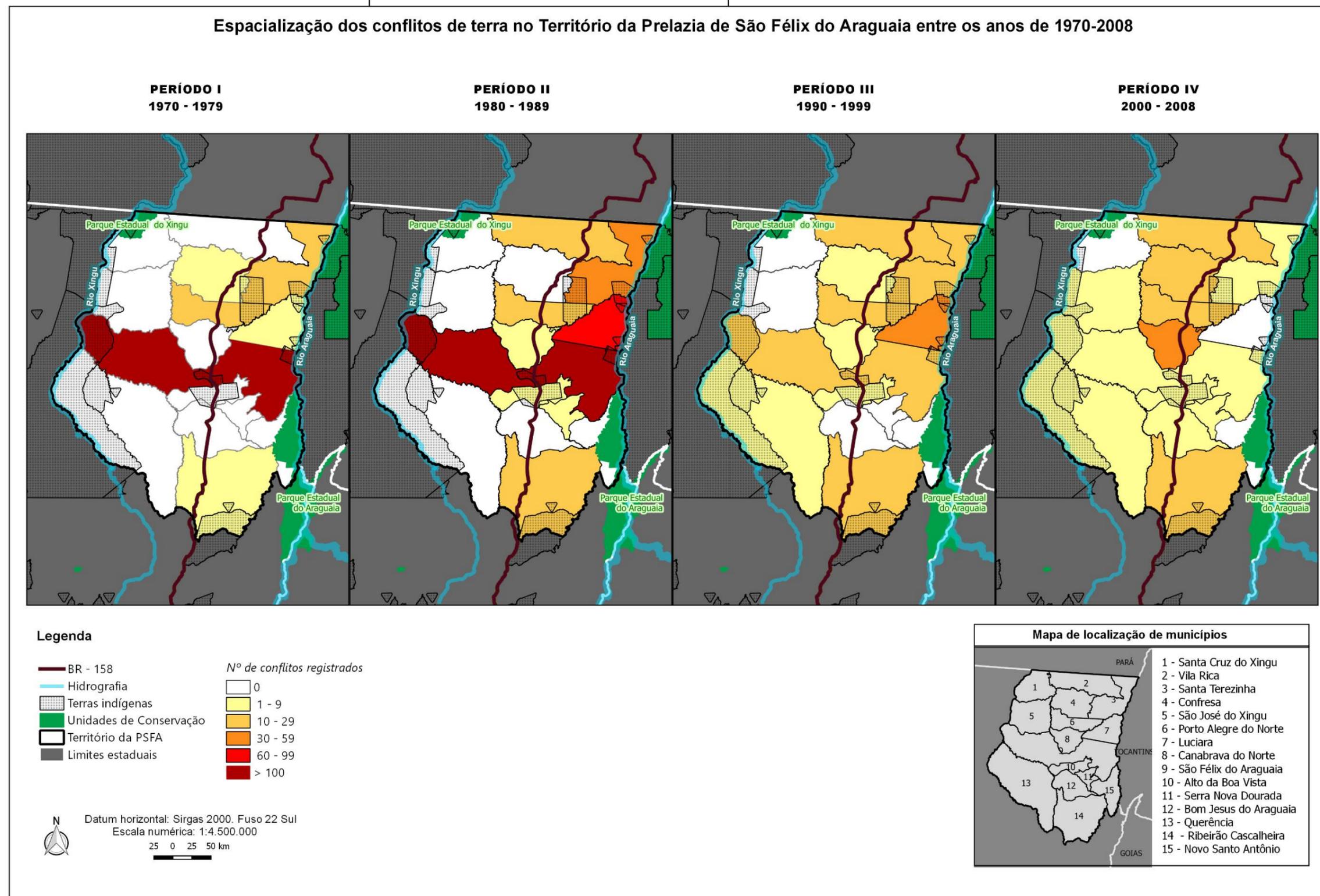
Novo Santo Antônio, que possui praticamente metade de seu território em área de preservação com o Parque Estadual do Araguaia, não teve registros.

O período II (1980-1989), evidencia um expressivo aumento nas ocorrências de conflito de terra na Prelazia, presente em mais da metade dos municípios de todo o território. Além disso, todos os municípios com registros no Período I não só continuaram a aparecer no mapeamento do Período II, como também tiveram a intensificação, em quantidade, no número de ocorrências (tabela 5), sobretudo Luciara, que tem um vigoroso aumento, com 72 casos registrados, atrás apenas de São Félix do Araguaia, que novamente se destaca dos demais ao apresentar 188 ocorrências.

O período III (1990 a 1999), revela um maior espriamento dos casos de conflito registrados no território da Prelazia, ocupando 2/3 de seu território. Confresa e Querência que até então não possuíam registros de conflitos passam a ser indicadas no mapa.

Finalmente, no período IV (2000 – 2008) praticamente todo o território da Prelazia foi preenchida pela ocorrência de conflitos, com exceção de Santa Cruz do Xingu e Novo Santo Antônio, que não tiveram registros durante o tempo cronológico estudado, e Luciara, que passa a declinar desde o ápice no número de conflitos na década de 1980.

Figura 7 Espacialização dos conflitos de terra no Território da PSFA entre os anos de 1970-2008



Fonte. Elaboração própria.

Apesar de avançar cada vez mais a oeste do território, os conflitos evidenciados mostraram ocorrer em menores quantidades se comparadas às duas primeiras décadas analisadas. Alguns dos municípios tiveram algum decréscimo nos casos de conflitos de terra, como Santa Terezinha, Luciara e São Félix do Araguaia. Entretanto, ainda que a diminuição dos registros seja observada, deve-se ressaltar que esses municípios, com exceção de Luciara da qual não teve nenhuma ocorrência no quarto período, ainda possuem um número maior de ocorrências do que os municípios que tiveram seu primeiro registro no período IV. A exemplo de São Félix do Araguaia, que teve uma grande redução a partir do período III, mas que ao fim do quarto contava ainda com 8 ocorrências, ao passo que Alto da Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada tiveram 2 ocorrências cada um (tabela 5).

Tabela 5. Matriz de conflito de terra entre 1970-2008

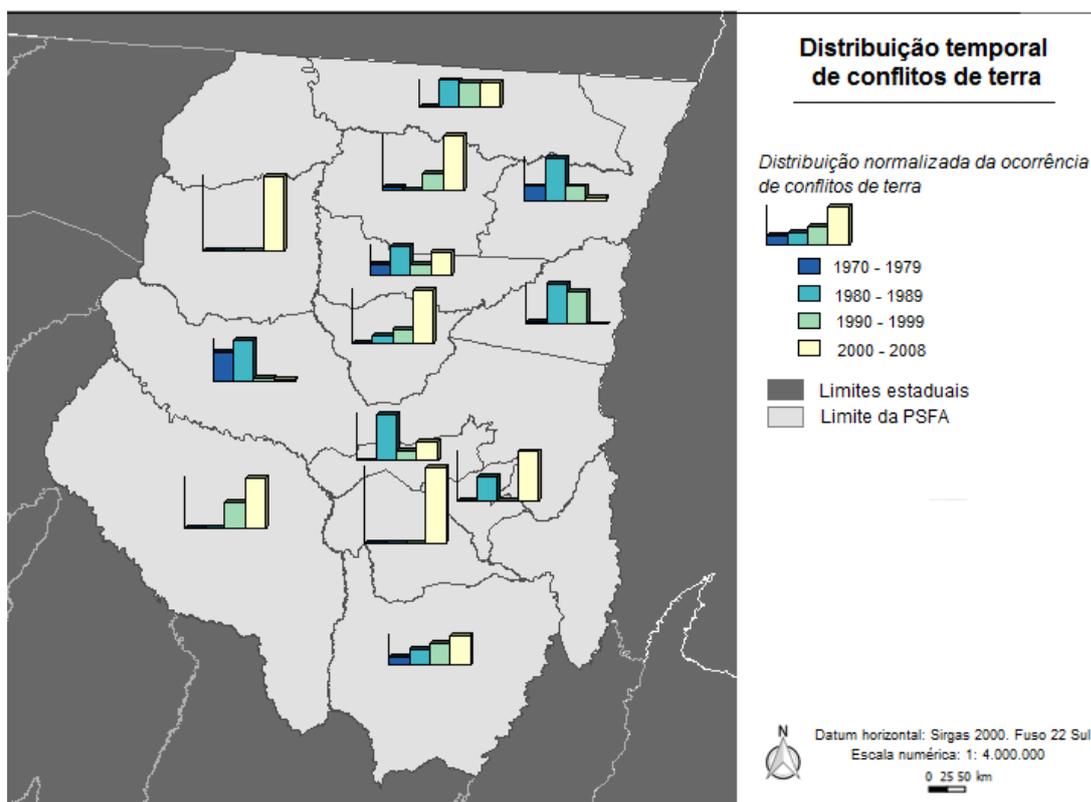
Nº de conflitos de terra por período					
Município	Período I	Período II	Período III	Período IV	Total
Novo Santo Antônio	-	-	-	-	-
Santa Cruz do Xingu	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Araguaia	-	-	-	2	2
São José do Xingu	-	-	-	2	2
Serra Nova Dourada	-	1	-	2	3
Alto da Boa Vista	-	5	1	2	8
Querência	-	-	4	8	12
Confresa	1	-	5	17	23
Vila Rica	-	12	11	11	34
Ribeirão Cascalheira	5	10	14	19	48
Canabrava do Norte	-	5	9	36	50
Porto Alegre do Norte	10	26	10	20	66
Santa Terezinha	15	43	15	3	76
Luciara	3	72	58	-	133
São Félix do Araguaia	136	188	15	8	347

Fonte: Elaboração própria.

Desde modo, ainda que o mapa temático por meio da classificação considera representar, em termos de proporção, a dinâmica das ocorrências de conflitos no território entre os quatro períodos, deve-se atentar para os números de conflito absoluto para que não haja a precipitação de afirmar que os municípios de mesma classe tenham, em números absolutos, as mesmas quantidades de conflitos registrados. Foi, portanto, realizada a análise da distribuição temporal dos conflitos de terra em relação ao próprio município, em que a quantidade de conflitos do município em cada período foi normalizada em relação ao número total de conflitos registrados do próprio município (figura 8).

A visualização dessa distribuição permitiu perceber como a variação da incidência de conflitos teve sua particularidade em cada município. Mesmo os municípios que tiveram uma regularidade na classificação no mapa temático apresentado anteriormente (figura 7), como o município de Vila Rica, Porto Alegre do Norte, Alto da Boa Vista e Ribeirão Cascalheira, estes tiveram variação bastante diferente na análise do mapa de distribuição temporal (figura 8) e serão analisados a seguir, assim como os demais municípios:

Figura 8. Análise de distribuição temporal de conflitos de terra



Fonte: Elaboração própria.

- Alto da Boa Vista: Em relação ao Prelazia, o município a partir do período II manteve a mesma classificação durante os demais períodos, apesar de aparentar o equilíbrio com baixo número de conflitos registrados, o gráfico destaca a irregularidade e variação nos números absolutos, sendo o período II o de maior destaque, com 5 registros realizados.
- Bom Jesus do Araguaia: Em relação à Prelazia, o município não apresentou nenhum registro nos três primeiros períodos, apenas no período IV com a presença de dois conflitos de terra registrados. É importante salientar que a data de criação do município é de 1999, quando este sofreu o processo de desmembramento do município de Alto da Boa Vista e Ribeirão Cascalheira. Desta forma, para se ter um indicativo sobre a problemática da região é necessário rever a quantidade de conflitos registrados nesses dois municípios. No caso de ambos a ocorrência de conflitos foi bastante presente em quase todos os períodos analisados, em Alto da Boa Vista a partir de 1980 manteve-se com a classificação em amarelo claro, enquanto Ribeirão Cascalheira teve no primeiro período a mesma classificação, passando para o laranja claro a partir de 1980.
- Canabrava do Norte: O município teve o número de ocorrência de conflitos em sentido crescente, ainda que com pouca variação. Apenas no período IV o município teve um salto na classificação, de amarelo com 9 registros, para o laranja escuro, com 36.
- Confresa: No período I o município teve apenas 1 ocorrência de conflito registrado, voltando a apresentar novos registros apenas a partir do período III. Entretanto, apesar de ter a mesma classificação que no primeiro período, em amarelo, o município teve em, em número absolutos, o aumento do número de conflitos, aumentando ainda mais no último período passando de 5 a 17 casos registrados.
- Luciara: O município teve um uma alta variação tanto na classificação como na análise de distribuição temporal, enquanto o primeiro e último período poucos conflitos, 1 e 0 respectivamente, o período II representou o ápice do município com a ocorrência de 72 conflitos de terra, este tornando-o no período o segundo município com maior número de conflitos registrados, atrás apenas de São

Félix do Araguaia. Apesar da queda no terceiro período, o número cai para 58, o que é considerado alto em relação à Prelazia.

- Porto Alegre do Norte: Em relação ao Prelazia, o município manteve a mesma classificação durante todos os períodos, entretanto, ao analisar o gráfico de distribuição temporal, é possível perceber a expressiva oscilação no número de conflitos registrados, com, 10, 26, 10 e 20 nos períodos I, II, III e IV respectivamente.
- Querência: Nos dois primeiros períodos o município não teve nenhum registro de conflito de terra. A partir do período III, em relação a Prelazia, a classificação se mantém na cor amarela, com um baixo número de ocorrências. Entretanto, os números mostraram haver uma tendência de um aumento nos registros, ao dobrar a quantidade de ocorrências do período III para o IV.
- Ribeirão Cascalheira: Em relação ao Prelazia, o município a partir do período II manteve a mesma classificação durante os demais períodos, mantendo-se na cor laranja claro. Entretanto, ao analisar o gráfico de distribuição temporal, evidencia-se o contínuo e representativo crescimento dos números absolutos desde o primeiro período, saltando de 5 conflitos registrados a 19 no último período.
- Santa Terezinha: O município passou por uma variação no número de conflitos registrados, com a ocorrência de 15 conflitos no período I e dando um salto na classificação ao registrar 43 conflitos no período seguinte, representado pelo ápice dos conflitos no município. A partir do período III, entretanto, o município apresenta uma contínua queda, ao chegar em apenas 3 conflitos de terra no último período.
- São Félix do Araguaia: Destoando de todos os demais municípios da Prelazia, São Félix do Araguaia, possui o maior número de conflitos registrados em sua totalidade. Só no primeiro período o número de registros de conflito de terra é maior que o total do número de conflitos de Luciara, o segundo município com maior número de conflitos totais em toda a Prelazia. O período II é ainda mais impressionante com 188 ocorrências de conflitos de terra. Curiosamente, a partir do terceiro período os números caem drasticamente, passando de 15 a 8, no período III e IV, respectivamente.

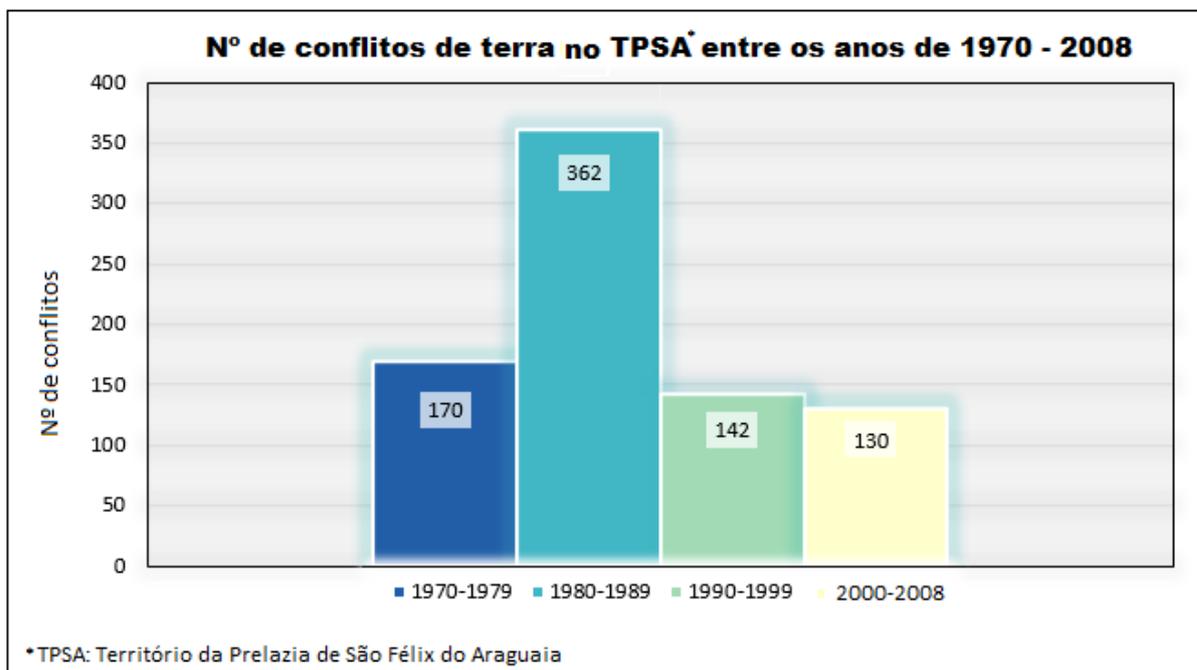
- São José do Xingu: Assim como o município de Bom Jesus do Araguaia, em relação à Prelazia, o município não apresentou nenhum registro nos três primeiros períodos, apenas no período IV com a presença de dois conflitos de terra registrados.
- Serra Nova Dourada: O município teve seu desmembramento dos municípios de Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia no ano de 1999, indicativo dos poucos registros de conflitos de terra no município, ainda que no segundo período tenha sido registrada 1 ocorrência.
- Vila Rica: O município teve um equilíbrio no número de conflitos registrados, mantendo a mesma classificação do segundo ao quarto período, com 12 registrados no primeiro, e estabilização em 11 ocorrências nos demais.
- Novo Santo Antônio e Santa Cruz do Xingu: Ambos não tiveram nenhum registro nos quatro períodos. Entretanto, é importante ressaltar como ambos os municípios foram criados pelo desmembramento de outros. Novo Santo Antônio é desmembrado de São Félix do Araguaia e Cocalinho em 1999, enquanto Santa Cruz do Xingu é desmembrado do município de São José do Xingu, também em 1999.

Apresentada os resultados da espacialização dos conflitos ambientais relacionados à questão da terra, a próxima seção irá discutir como a variação dos registros de conflitos esteve associado ao processo de mudança de uso do solo, diante as dinâmicas no território da Prelazia durante a série temporal em análise.

6.3. Comparação entre os resultados apresentados: a relação entre a espacialização dos conflitos e as mudanças do uso do solo no tempo

De forma geral, é possível identificar que a ocorrência de conflitos ambientais relacionados a questão da terra variou no decorrer dos quatro períodos indicados. Durante a década de 1970 os números chegaram ao total de 170 ocorrências, atingindo na década de 1980 seu ápice com mais do dobro de conflitos registrados. A partir desse momento, os números reduzem fortemente, com grande queda na transição dos anos de 1980 para 1990, e posteriormente, continuam a declinar de forma mais contínua e lenta (figura 9).

Figura 9. N° de conflitos de terra no território da Prelazia de São Félix do Araguaia (1970-2008)



Fonte: Elaboração própria

É importante ponderar, comparando à espacialização dos dados no primeiro período apresentado pelo mapa com a espacialização dos conflitos (figura 7), que apesar da década de 1970 possuir ao todo 170 registros de conflitos, estes estiveram concentrados em apenas 5 dos 15 municípios do território da Prelazia.

No caso de São Félix do Araguaia, identificado como “ponto fora da curva”, destoou dos demais municípios ao possuir não só o maior número de conflitos totais, mas principalmente por se distanciar em número absoluto do restante da Prelazia, teve 80% dos conflitos em seu território no período. Esse fator está altamente associado a Terra Indígena *Marãiwatsédé* originalmente habitada pelo Povo Xavante, e as novas migrações para a região de empresas, produtores rurais e famílias que buscavam novas oportunidades de vida, sobretudo próximos à BR-158. Os vinte primeiros anos estão relacionados ao período de maior fluxo de migração em toda a Prelazia, em que a paisagem sofreu um rápido processo de transformação, com a introdução da pecuária como uma das principais atividades econômicas na região. Também é o período em que os conflitos aumentam em outros municípios da Prelazia, e tem o maior registro dos quatro períodos analisados.

De fato, a pecuária configurou-se como uma das principais atividades econômicas em toda a Prelazia. A abertura de novas terras foi acompanhada pelo incentivo do desmatamento para a introdução do pasto, é nesse período em que as tensões se tornam mais presentes, justamente pelo fato de representar a chegada das novas famílias a região. Entretanto, com o passar dos anos os conflitos vão se extinguindo ou mesmo se deslocando – seja pela expulsão ou expropriação de terras, seja pela própria violência com casos de ameaças e assassinatos ou mesmo pela regularização de terras pela INCRA determinando uma nova categorização de atores com a presença dos assentados rurais – ao passo que o modelo de desenvolvimento de um dos grupos sociais passa a se concretizar com a imposição de seus critérios para com o uso da terra sobre o outro.

Assim, como apresentado pela Linha do tempo (Figura 6) e pelo gráfico de número de conflitos de terra por período (Figura 9), percebe-se como durante os anos 90 houve um declínio no fluxo migratório, a diminuição dos incentivos fiscais pelo governo federal na aquisição de novas terras e a regularização de áreas com presença de conflito. Este seria um indicativo da queda no número de registros de conflitos em São Félix do Araguaia.

A mudança de uso do solo mostra uma ampla tendência da transformação da vegetação nativa em áreas de atividades pecuárias e de agricultura de subsistência, sendo que em alguns lugares, houve a introdução direta da agricultura mecanizada com o plantio predominante da soja. Associado a essa transformação, os números de ocorrências de conflito também passam a variar, na grande maioria, ocasionando um aumento nos registros. Percebe-se, portanto, que a configuração de novos conflitos está associada, em algum grau, às dinâmicas de mudança de uso da terra.

Diante dessa observação, torna-se relevante a relação entre a espacialização dos conflitos e as mudanças do uso do solo no tempo. A matriz de transformação de uso do solo em relação à ocorrência de conflitos de terra a seguir permite essa análise (tabela 6).

Tabela 6. Matriz de transformação de uso do solo em relação aos conflitos de terra

Municípios	Uso do solo por período	Nº de conflitos	Legenda
Canabrava do Norte	Ps P P P	50	
Luciara	Ps Ps Ps Ps	133	
Novo Santo Antônio	Ps P A A	-	
Porto Alegre do Norte	Ps P A A	66	
São Félix do Araguaia	Ps P A A	347	
Confresa	V V P A	23	
São José do Xingu	V V P A	2	
Santa Cruz do Xingu	V V P A	-	
Santa Terezinha	V V P A	76	
Vila Rica	V V P A	34	
Alto da Boa Vista	V V V A	8	
Bom Jesus do Araguaia	V V V A	2	
Ribeirão Cascalheira	V V V A	48	
Serra Nova Dourada	V V V A	3	
Querência	V A A A	12	

Períodos:

I: 1970 – 1979
 II: 1980 – 1989
 III: 1990 – 1999
 IV: 2000 – 2008

Uso do solo:

A: Agricultura
 P: Pecuária
 Ps: Pecuária de subsistência
 V: Vegetação natural

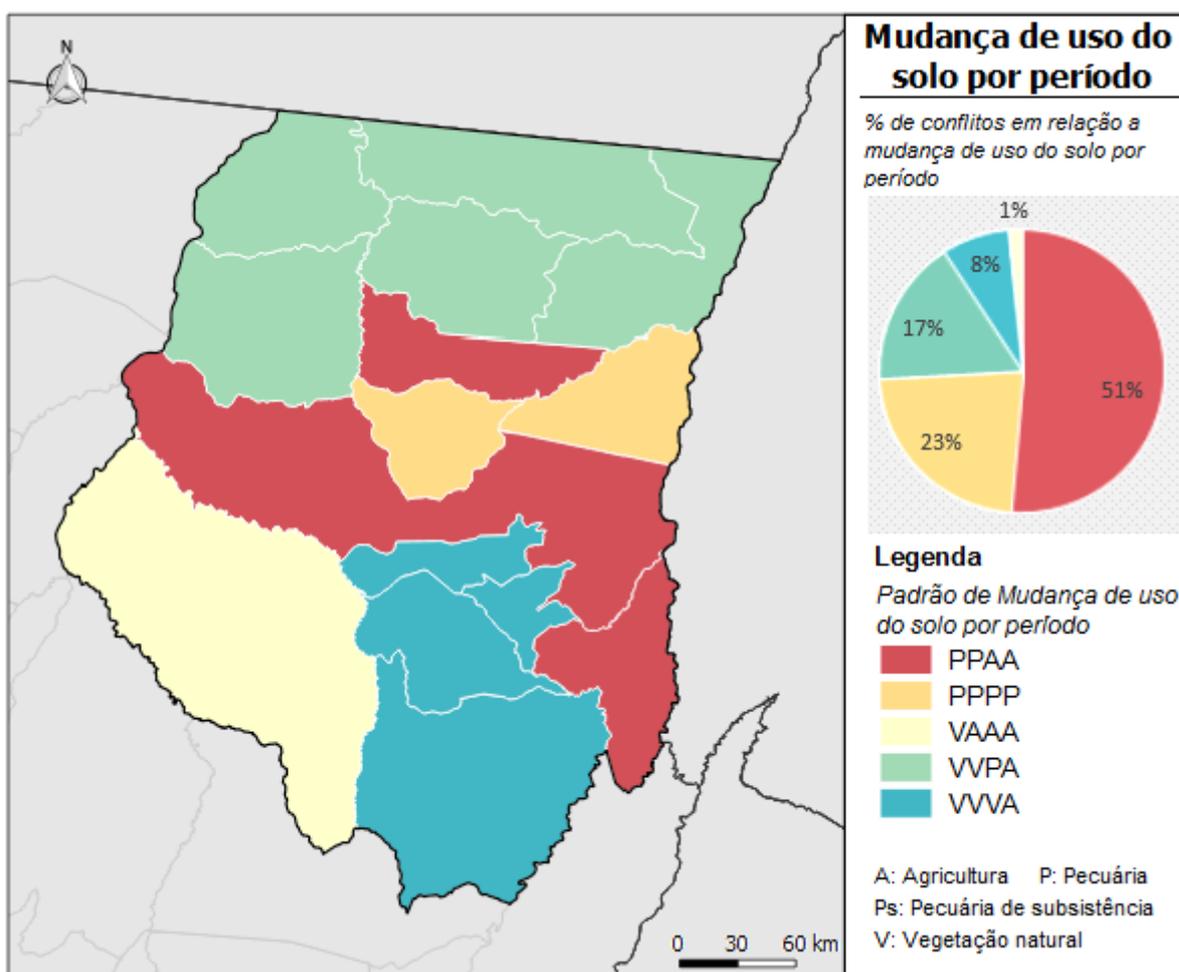
Fonte: Elaboração própria.

Ao relacionar as informações anteriormente apresentadas, é possível perceber que ocorreram padrões nas transformações dos usos do solo por cada município. Desse modo, foram observadas cinco tipologias: (1) PPAA; (2) PPPP; (3) VAAA; (4) VVPA; (5) VVVA. Ou seja, (1) municípios que tiveram como atividade predominante até o segundo período, a pecuária, e a partir de então teve a substituição da agricultura como principal atividade; (2) os municípios que desde o primeiro período até o quarto tiveram e mantiveram como principal atividade as práticas da pecuária; (3) os municípios que até o primeiro período ainda tinha como principal característica a vegetação nativa, mas que a partir do segundo período teve a substituição deste pelas práticas direta da agricultura, sem a introdução da pecuária; (4) municípios que tiveram o maior processo de transição, com a vegetação nativa sendo substituída a

partir do terceiro período pela pecuária e, logo em seguida, pela agricultura; e por fim, (5) municípios que mantiveram a vegetação nativa até o terceiro período, alterando o uso do solo a partir dos anos 2000 com a prática direta da agricultura.

A partir da identificação desses padrões, foi realizado a espacialização dessas informações para que fosse possível desses padrões no território, além da identificação de quais categorias tiveram o maior número de ocorrências de conflitos de terra registrados (figura 10).

Figura 10. Conflitos de terra em relação a mudança de uso do solo (1970-2008)



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados revelam que os padrões de mudança de uso do solo nos períodos analisados, também acompanham alguns padrões espaciais, sendo possível a identificação de “clusters”, ou seja, a aproximação de municípios vizinhos que possuem as mesmas ou características similares.

Ao norte do Prelazia, em cor verde, percebe como os municípios de São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Vila Rica, Confresa e Santa Terezinha foram classificados pela transição na mudança de uso do solo “VVPA”, com a presença de 17% das ocorrências de conflito de terra relacionadas a esses usos. De forma geral, correspondente à terceira categoria com maiores casos registrados. Em relação a configuração espacial, poderia inferir que essa transformação da paisagem mais “equilibrada”, passando pelas três tipologias de uso, pode estar relacionada a localização mais ao norte da Prelazia, em que o acesso ainda era relativamente dificultado pela presença da vegetação nativa, sobretudo São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu.

Na região central da Prelazia encontram-se duas categorias, “PPAA” e “PPPP”. É possível perceber como nessas regiões a presença da pecuária ainda é bastante presente. Associado a isso, os números de conflitos relacionados a essas categorias somam praticamente $\frac{3}{4}$ de todas as ocorrências registradas na Prelazia, com 74% dos conflitos incidentes na região. A tipologia “PPAA” representa um pouco mais da metade de todos os conflitos identificados. Assim como observado anteriormente, São Félix do Araguaia é responsável por elevar essa amostragem com o caso da fazenda Suiá-Missú.

Na porção sul da Prelazia, ocorre o vetor de expansão da agricultura, a tipologia “VVVA” expressou como a agricultura teve a entrada direta na região a partir dos anos 2000, substituindo a predominância da vegetação nativa na região. Esta conta com 8% do total dos conflitos identificados. Em relação a tipologia “VAAA”, apenas o município de Querência presencia esse tipo de mudança de uso do solo. A entrada da agricultura, diferente das demais, é da agricultura mecanizada logo nos anos de 1980. A porcentagem de conflitos de terra no município compreende a apenas 1% do total das ocorrências.

Assim, pela análise do mapa apresentado, os municípios que tiveram a entrada da agricultura direta no sul da Prelazia tiveram as menores porcentagens de conflitos em relação à mudança de uso no solo nos quatro períodos, enquanto aqueles que tiveram como predomínio as atividades pecuárias representaram as maiores quantidades de ocorrências registradas.

Com a espacialização dos dados sobre as ocorrências de conflito de terra e a literatura disponível sobre o processo de desenvolvimento desse território ao longo de

uma série temporal, foi possível identificar e inferir algumas relações entre a mudança da paisagem a presença de conflitos ambientais, sobretudo os relativos à questão da terra. Entretanto, é importante reconhecer as limitações deste trabalho, assim como a sugestão de novos encaminhamentos para o desenvolvimento mais aprofundado da pesquisa em trabalhos futuros.

Uma das limitações encontradas é referente a impossibilidade do estabelecimento de um parâmetro da amplitude que o conflito possui. É possível afirmar que apesar do mapa representar o dinamismo da ocorrência dos conflitos de terra ao longo dos anos, não é possível afirmar a gravidade ou a abrangência de cada um dos conflitos, que podem ser diferentes e envolver pessoas ou grupos diferentes. Não se pode afirmar que um município que tenha mais casos de conflitos, por exemplo, seja o mais ou menos violento, com maiores ou menores casos de assassinato, ameaças, entre outras inferências que poderiam ser realizadas. Para a obtenção de tais informações seriam necessárias a análise de outras variáveis cujo presente estudo não teve por objetivo destacar, ou não teve acesso a tais dados.

Entretanto, os dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir de 2010, passam a ter novas informações que auxiliariam nessa questão. São apresentadas novas categorias, como a quantificação de “famílias envolvidas”; “famílias expulsas”; “tentativas ou ameaça de expulsão”; “despejos”; “casas destruídas”; “roças destruídas”; “bens destruídos”; “ausência e ou falhas de políticas públicas”; “pistolagem” e; “violência contra a pessoa”.

Além disso, para análises da mudança de uso do solo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) conta com dois projetos – DETER e PRODES – que fornecem arquivos em formato *shapefile*, *csv*, e *tiff* da alteração de cobertura vegetal e monitoramento da floresta Amazônica por satélite. Ainda que a área de estudo contemple áreas de cerrado, para análises específicas de municípios localizados no bioma amazônico, estes dados oferecem possibilidades de análise de mudança de uso do solo.

No que diz respeito a relação dos conflitos ambientais com a mudança de uso do solo da Prelazia, de fato é possível identificar alguns indicativos que levam a entendimento de que a mudança da terra está associada às disputas de pelo acesso, uso e apropriação da terra no território da Prelazia. Contudo, seria necessária uma análise mais profunda para estabelecer a relação direta entre ambas as variáveis, isso

porque a identificação de mudança da terra concretiza-se após o ápice do conflito, ou seja, existe uma questão temporal até que a mudança se efetive de fato.

7. CONCLUSÃO

O amadurecimento do debate em torno das questões ambientais em meados do século passado, diante das recorrentes discussões em torno das consequências dos casos de degradação espalhados pelo mundo, foi essencial para que o componente “natureza” fosse não só levado em consideração pelas diversas disciplinas no âmbito acadêmico, mas, sobretudo, tornou-se escopo de análise em seus estudos.

Ainda que associada a ideia de uma iminente crise ambiental e fortemente incorporada ao discurso neomalthusiano e ao discurso desenvolvimentista, percebeu-se a ampliação da dimensão ambiental no engajamento político das discussões e tomadas de decisão.

A insurgência dos conflitos ambientais tornaram-se bastante presentes diante o crescente e distintos argumentos em torno da questão ambiental, em razão da existência das múltiplas compreensões das formas em lidar com natureza. Os estudos direcionados ao debate sobre os modos de uso e apropriação dos bens e do espaço natural, recaem e passam a ser conduzidos pelas relações de poder e dominação.

Com a análise e reconhecimento da indissociabilidade na relação ser humano-natureza, diante os processos de transformação da paisagem e processos históricos em que os grupos sociais estão inseridos, a Ecologia Política passa a influenciar os debates teóricos, em meados dos anos de 1980, auxiliando na compreensão de problemas complexos, em função do seu aporte interdisciplinar, do reconhecimento dos aspectos políticos e econômicos na configuração das dinâmicas sócio ecológicas.

O aporte teórico da Ecologia Política, deste modo, auxiliou na compreensão dos conflitos ambientais ao reconhecer que a razão pela existência tensões das lógicas em disputa são construídas com base nas diferentes representações simbólicas dos atores sociais, cada qual atrelada ao seu respectivo contexto histórico, que orienta as práticas sociais sobre natureza.

No caso do nordeste do Mato Grosso, a Prelazia de São Félix do Araguaia corresponde a um território demarcado em que estão presentes aspectos sociopolíticos, numa realidade de problemáticas complexas em torno de questões ambientais, sobretudo aquelas atreladas a questão do uso e posse da terra, configurando a presença de violentos conflitos na região.

Face a essa realidade, o entendimento dos processos de ocupação e, conseqüentemente, as formas de estruturação fundiária, foi fundamental para que se compreendesse a atuação das forças políticas, econômicas e sociais que atuaram (e atuam) nessa região. Essa importância advém do fato de que, por menor que fossem relacionados o crescimento demográfico na região aos casos de degradação ambiental e o surgimento dos conflitos, não se poderia conduzir uma análise linear, simplista e casualista, semelhante ao viés neomalthusiano. Ao contrário, se fez necessário, assim como ressaltado no desenvolvimento teórico dessa pesquisa, a identificação de como ocorreram as relações entre grupos sociais e ambiente, a identificação das questões políticas e econômicas intrínsecas a tais grupos, em que a riqueza natural estaria associada (ou não) às estratégias moldadas por interesses econômicos (macro e micro) e de poder (local e global).

Desse modo, a proposição da espacialização dos dados referentes a incidência de conflitos, buscou reconhecer como os casos de marginalização ambiental refletem a importância de levar em consideração fatores como localização e distribuição espacial dos bens naturais (nesse caso específico, a própria terra), que foram identificados como assimetricamente distribuídos entre os grupos sociais envolvidos (ROBBINS, 2004).

Os resultados apontaram para um espraiamento das ocorrências dos conflitos relacionados a questão da terra no decorrer de 29 anos. As décadas de 1970 e 1980 revelaram terem sido os períodos com as maiores quantidades de registro de conflito, com o ápice durante os anos de 1980.

Os conflitos pela terra deslocam-se de acordo com o vetor de ocupação e estruturação fundiária, em que novos modelos de desenvolvimento impõem ou impossibilitam às práticas de outros grupos. A princípio, os conflitos estiveram mais presentes na região nordeste da Prelazia, divisa com o estado de Tocantins. A região teve os conflitos (que já eram existentes na região) com a chegada de novos migrantes e empresas agropecuárias. O predomínio das atividades pecuárias teve em alguns

dos municípios casos violentos e não solucionados até os dias de hoje, como o da Suiá-Missú e a população *Marãiwatsédé*.

A mudança na paisagem, com a abertura da BR-158 e a instalação de novos grupos sociais na região, foi iminente, com a derrubada de milhares de hectares de terra dando entrada a áreas de extensas pastagens, levando a marginalização e exclusão de indígenas e demais populações que tinham na natureza como sua fonte de sustento.

Outro importante vetor de expansão que se observou com a espacialização das ocorrências foi a entrada direta da agricultura na porção sul da Prelazia, em que apesar dos números relativamente baixos dos casos de conflitos, tem demonstrado o poderoso avanço da agricultura mecanizada e da sociedade da soja em direção cada vez mais ao norte do Mato Grosso, expandindo a áreas de fronteira agrícola.

Apesar da diminuição dos conflitos em relação as décadas anteriores a 1980, percebe-se como há um avanço dos casos conflitivos em municípios que até então não possuíam casos registrados. Novamente, reforçando a ideia de espraiamento e avanço nas últimas décadas da fronteira agrícola.

O que se percebe, de modo geral, é a substituição da vegetação nativa pela pastagem e a posterior introdução da agricultura. Entretanto, as regiões em que o suporte tecnológico já é realidade, a agricultura mecanizada vem assumindo o protagonismo na introdução do plantio de soja e milho.

Ainda que os resultados sugerem uma associação dos casos de conflito de terra e a mudança do uso do solo numa série temporal, é importante ressaltar que seriam necessárias análises mais aprofundadas para a afirmação da correlação direta entre esses dois componentes. Entretanto, ainda que o estudo tenha identificado a associação de tais variáveis, reconhece-se que este trabalho levantou uma série de questões a serem exploradas em futuras pesquisas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. *Novos Estudos*, v. 87, pp. 97-113, 2010.

ACSELRAD, H. Meio Ambiente e Justiça - estratégias argumentativas e ação coletiva. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: *RelumeDumará*, 23-40, 2004a.

_____. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: *RelumeDumará*; Fundação Heinrich Böll, 2004b.

_____. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, no 35, p. 84-105, 2014.

_____. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto/MG, 2002.

_____. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados* 24 (68), 2010

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

ALVES, D. O processo de desmatamento na Amazônia. *Parcerias estratégicas*, nº 12, p. 259-275, 2001.

ALVES, M. Caracterização ambiental e condição do uso da terra da paisagem do município de São Félix do Araguaia – MT. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Carlos, 109p., 2009.

ALVES, L; NETO, V. O “Estatuto da Terra” e as Políticas Agrárias no Mato Grosso: algumas reflexões. In: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)*. São Leopoldo, RS: Oikos, Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2010.

ARAÚJO, M. Histórias dos sertões do Araguaia mato-grossense: memórias, relações de pertencimentos e disputas de poderes. *Muiraquitã*, Universidade Federal do Acre - UFAC, v. 3, n. 2, 2015.

ASSIS, W. *Conflitos Ambientais na Produção de Agrocombustíveis: Colonialidade da Natureza e Manutenção da Economia Capitalista*. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008.

BAIRD, I; BILLON, P. Landscapes of political memories: War legacies and land negotiations in Laos, *Political Geography* 31, p. 290-300, 2012.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 32(2): 14-24 Abr./Jun. 1992

BARROZO, J. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)*. São Leopoldo, RS: Oikos, Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2010.

_____. Expansão da soja no Xingu-Araguaia. Revista Territórios e Fronteiras do Programa de Pós-Graduação em História - UFMT, vol. 7, n.1, jan./jun, 2006.

_____. Incertezas no Araguaia: a enxada enfrenta o trator. In: NETO, V. (Org.) Política, Ambiente e Diversidade Cultural. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

BASCOM, J. The historical and philosophical emergence of radical geography. *The Geographical Bulletin*, v. 22, p. 7-13, 1982.

BECKER, B. Fronteira Amazônica. Questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB, Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1990.

BENATT, J. Unidades de conservação e as populações tradicionais: Uma análise jurídica da realidade brasileira. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 2 - 1999.

BENNETT, J. The ecological transition: Cultural anthropology and human adaptation. Oxford: Pergamon Press, 1976.

BERNARDES, J. Fronteiras em mutação nos espaços agrários do Vale do Araguaia mato-grossense. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo. O espaço não pára, por uma AGB em movimento. São Paulo: AGB, 2008.

BERNARDES, J. Modernização: a lógica do capital e o direito dos excluídos. In: BERNARDES, J; ARRUIZO, R. Novas fronteiras da técnica no vale do Araguaia. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2009.

BUNGE, W. Theoretical Geography. *Lund*: C.W.K. Gleerup, 1966.

BUTTEL, F. World Society, the Nation-State, and Environmental Protection: Comment on Frank, Hironaka, and Schofer", in *American Sociological Review* (Washington) vol. 65, N° 1, 2000.

BEZERRA, L; JR. CLEPS, J. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. *Caminhos da Geografia*. Instituto de geografia UFU, 2(12)29-49, 2004.

BIERSACK, A. Reimagining Political Ecology: Culture/Power/History/Nature. In Aletta Biersack & James B. Greenberg (eds.), *Reimagining Political Ecology*. Duke University Press, p. 440, 2006.

BILLON, P. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. *Political Geography*, vol. 20, p. 561–584, 2001.

BRITO, D. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá*, n. 4, p. 51-58, 2011.

BRYANT, R. Political ecology: An emerging research agenda in Third-World studies. *Political Geography*, vol. 11, No. 1, p. 12-36, 1992.

_____. Power, knowledge and political ecology in the third world: a review. *Progress in physical geography*, 1998, 22.1: 79-94.

BRYANT, R.; BAILEY, S. *Third World Political Ecology: An Introduction*. Routledge, 1st edition, 1997.

BUTTEL, F; HUMPHREY, C. *Sociological Theory and the Natural Environment*. In: Dunlap, Riley E.; Michelson, William. (ed). *Handbook of Environmental Sociology*. Westport, CT: Greenwood Press. p. 33–69. 1982.

CALIJURI, M.; CUHA, D. *Engenharia Ambiental: Conceitos, Tecnologia e Gestão*. São Paulo: Elsevier. 1ª ed, 832 f., 2013.

CAMILO, R. *A ação política da Teologia da Libertação hoje: Estudo de caso da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT)*. Dissertação (Mestre em Sociologia) - Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 153f., 2013.

CANTUÁRIO, M. *Descalço sobre a terra vermelha – D. Pedro Casaldáliga*. PERARO, M. (org.). *Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910 – 2010)*. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009.

CASTRAVECHI, L; GOMES, M. *Dom Pedro Casaldáliga: A igreja do Araguaia e o novo paradigma de organização*. RODRIGUES, C; PAUL, C (org.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2012.

CAVALCANTI, C. *Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental*. *Estudos avançados* 24 (68), p. 56- 67, 2010.

CGMA (Geoinformação e Monitoramento Ambiental) – Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA), 2015. Disponível em:
<http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_019_Baixo%20Araguaia%20-%20MT.pdf>

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS NO BRASIL. *Código de Direito Canônico. Revista e Ampliada com a Legislação Complementar da CNBB*, São Paulo: Loyola, 504f, 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2015. Relatório*. Goiânia, 2016. [Online]. Disponível em:
<<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3175-conflitos-no-campo-brasil-2015>>. Acesso em agosto de 2016.

CORREA, V.; RAMOS, P. *Precariedade do Transporte Rodoviário Brasileiro para o escoamento da Produção de Soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas*. *RESR*, Piracicaba, v. 48, n. 2, p. 447-472, 2010.

COSTA, R. Mártires e martírio na igreja católica de Mato Grosso (1970 a 1990). RODRIGUES, C. et al (org.). Território, memória e representações: ensaios de história. Cuiabá: EdUFMT, v. 1, 194p, 2013.

CUSTÓDIO, R. Mato Grosso após 1970: terra, trabalho, migração e memória. In: BARROZO, João Carlos (Org.). Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX). São Leopoldo, RS: Oikos, Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2010.

DELUCI, L.; POTELO, C. Marãiwatsédé: memória de luta, resistência e conquista. XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social ANPUH, Natal, p. 1-17, 2013.

DOMINGUES, M.; BERMAN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Ambiente & Sociedade*, vol.15, n. 2, São Paulo, 2012.

DUTRA, M. Formação em agronomia no IFMT campus Confresa e sua relação com a sustentabilidade na agricultura familiar no contexto do território cidadania do Baixo Araguaia. Dissertação (Mestre em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, 147p., 2015.

EMPINOTTI, V. Beyond the dualities: a nuanced understanding of Brazilian soybean producers. *Food Security*, v. 7, p. 1165-1174, 2015.

ESCOBAR, A. Difference and Conflict in the Struggle Over Natural Resources: A political ecology framework. *Development*, 49(3), p. 6-13, 2006.

FEARNSIDE, P. Causas do desmatamento na Amazônia brasileira. *Pará Desenvolvimento*, n. 23, p. 24-33, 1998.

_____. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia brasileira. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. Amazônia: A fronteira Agrícola 20 anos depois. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 363f., 1991.

_____. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. *Megadiversidade*, vol.1, n.1, 2005.

FERNANDES, B. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FILHO, S. Conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. *eGesta*, v. 4, n. 2, p. 127-140, 2008.

FLEURY, L. Conflitos ambientais: uma proposta de bases teóricas para a discussão. V Encontro Nacional da Anppas, Florianópolis - SC, 2010.

FLEURY, L. et al. *O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva*. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 35, p. 34-82, 2014.

FOLADORI, G. La economía política marxista y medio ambiente. In: PIERRI, Naína; FOLADORI, Guillermo (Ed.). ¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. Montevideo: Imprensa y Editorial Baltgráfica, 2001b. p.197-230.

FONSECA, P. O processo de substituição de importações. Capítulo 11: “Formação Econômica do Brasil” / Organizadores: José Márcio Rego e Rosa Maria Marques. São Paulo: Saraiva, 2003.

GOMES, M. & NETO, V. Igreja e movimentos sociais: nas fronteiras da modernidade periférica. RODRIGUES, C. et al (org.). Território, memória e representações: ensaios de história. Cuiabá: EdUFMT, v. 1, 194p, 2013.

GREENBERG, J; PARK, T. Political Ecology, “Journal of Political Ecology” 1:1–12, 1994

GUIVANT, J. Apresentação do dossiê Mapeando os Caminhos da Sociologia Ambiental. Florianópolis: Política e Sociedade, n. 7, 2005.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUE, M; SPOSITO, E. (org.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Ed: Expressão Popular, 1.ª edição, São Paulo, 2009.

HANNIGAN, J. Environmental Sociology: A Social Constructivist Perspective. 2ª ed. Routledge, New York, 2006.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, New Series, Vol. 162, No. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HART, S. A natural-resource-based view of the firm. *Academy of Management Review*, vol. 20, n. 4, p. 986-1014, 1995.

HENRIQUES, A.; PORTO, M. *Território, ecologia política e justiça ambiental: o caso da produção de alumínio no Brasil*. E-cadernos CES, 17, p. 31-55, 2012.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. Laboratório de estudos de Cidadania, Territorialidade e Ambiente (UFF/ICHF), Fortaleza, 2006.

HOEFLE, J. et al. Percepção ambiental e conflitos de uso dos recursos naturais - Um Estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo, Brasil. III Encontro da ANPPAS, Brasília, 2006.

HONNET, A. The Critique of Power: Reflective Stages in a Critical Social Theory, Cambridge: MIT Press, ed. 2, f. 373, 1993.

ISA. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em:
<<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539>>. Acesso em: abril de 2017.

JATOBÁ, S. et al. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

JR. BARBANTI, O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: I Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba, 2002.

KELMAN, I. Understanding Vulnerability to Understand Disasters. Panel Population-Environment Research Network Cyberseminar on Population and Natural Hazards, 2007.

KOHLHEPP, G.; BLUMENSCHNEIN, M. Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: O caso do Mato Grosso. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n.8, PP. 47-66, 2000.

KOTTAK, C. The New Ecological Anthropology. *American Anthropologist*, vol. 101, n.1, p. 23-35, 1999.

KRÄUTLER, E. Eucaristia e Ecologia: "Laudato Si'" - Uma encíclica diferente. XVII Congresso Eucarístico Nacional, Belém, 2016. Disponível em: <<http://www.prelaziadoxingu.com.br/index.php/prelazia-do-xingu-2/bispo/617-eucaristia-e-ecologia>>.

LASCHEFSKI, K.; COSTA, H. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Campinas: *Ambiente & Sociedade*, v. XI, n. 2, p. 307-322, 2008.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 178p.

_____. The Production of Space. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, E. *La ecología política en América Latina: un campo em construcción*. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Los Tormentos de La Materia: aportes para una ecología política latinoamericana*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

LEROY & TATENHOVE. Political Modernization Theory and Environmental Politics. Chapter 9: In: *Environment and global modernity* SPAARGAREN, G.; ARTHUR P. J.; MOL e BUTTEL, F. H. (eds.) London: Sage, 2000.

LIMA, G. Consciência ecológica: emergência, obstáculos e desafios. *Revista Política e Trabalho*, p. 139-154, 1998.

LITTLE, P. *Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006.

LOPES, José S. L. (coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (orgs.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LORIS, A. Encroachment and entrenchment of agro-neoliberalism in the Centre-West of Brazil. *Journal of Rural Studies*, v. 51, p. 15-27, 2017.

LOYOLA, R. G. A economia ambiental e a economia ecológica: uma discussão teórica. In: Encontro Nacional de Economia Ecológica, nº 2, 1997, São Paulo. 1997.

MADEIRA, C; OLIVEIRA, P. *Conflitos ambientais: alternativas teóricas para a análise no Brasil*. II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço, Paraná, 2013.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Introducción a la economía ecológica. Cuadernos de Medio Ambiente. Rubens: Barcelona, 1999.

_____. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MATHEVET, R. et al. Using historical political ecology to understand the present: water, reeds, and biodiversity in the Camargue Biosphere Reserve, southern France. *Ecology and Society* 20(4):17, 2015.

MEADOWS, et al. Beyond the Limits-Executive Summary. *Bull. Sci. Tech. Soc.*, vol. 13, p. 3-14, 1993.

MEADOWS, et al. Beyond the Limits. New York: Universe Books, vol. 13, p. 3-14, 1993.

MEADOWS et al. Limits to Growth. Nova York: Universe Books, 1972.

MILANEZ, B. Modernização ecológica no Brasil: limites e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 20, p. 77-89, 2009.

MIRANDA, R. Ecologia política e processos de territorialização. *Revista Sociedade e Estado*, vol.28 n. 1, 2013.

MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, 1999.

NETO, J. O Norte de Mato Grosso na década de 1970: fronteira, migração e trabalho temporário. In: NETO, V. (Org.) Política, Ambiente e Diversidade Cultural. Cuiabá: EdUFMT, p. 85 - 103, 2007.

NINIS, A. A Ecologia Política e a Exploração da Água Mineral de São Lourenço. 2006. 187 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

O'CONNOR, J. *Natural Causes. Essays in Ecological Marxism*. New York: Guilford Press, 1998.

OLIVEIRA, M. *A educação e a luta no Araguaia (Mato Grosso)*. Tese (Doutora em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 204 f., 2016.

OLIVEIRA, S. Conflitos ambientais e lutas simbólicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR. p. 1311-1321, 2001.

OLIVIERI, A. A Teoria da Modernização Ecológica: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos. *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros* – Ano 3 – Edição Nº 07. 2008.

ORLOVE, B. Ecological anthropology. *Annual Review of Anthropology* 9. Division of Environmental Studies and Department of Anthropology - University of California, California, p. 235-273, 1980.

PÁDUA, J. As bases teóricas da história ambiental. *Estudosavancados* 24 (68), 2010.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Baixo Araguaia - MT. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Campo Grande/MS, 2006. Disponível em: < http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio019.pdf>. Acesso em: Abril de 2017.

PEAKE, L. & SHEPPARD, E. The Emergence of Radical/Critical Geography within North America, *ACME*, vol 13, n. 2, 2014.

PEDROSO JR, N. *No caminho dos antigos: Agricultura de corte-e-queima e intensificação agrícola em populações quilombolas do Vale do Ribeira, SP*. Tese (Doutor em Ciências Ecológicas) – Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências – Universidade de São Paulo, São Paulo, 211p., 2008.

PELLING, M. Natural disasters: In Castree, N; Braun, B (org.) *Social nature*, Oxford: Blackwell, p. 170–88, 2001.

PELLING, M; DILL, K. Disaster politics: tipping points for change in the adaptation of sociopolitical regimes. *Progress in Human Geography*, 34 (1), p. 21–37, 2010.

PELUSO, N.; WATTS, M. *Violent Environments*, Ithaca, Cornell University Press, 2001.

PEET, R. The Dialects of Radical Geography: A Reply to Gordon Clark and Michael Dear. *The Professional Geographer*, n. 30, 364p., 1978.

PINTO, C. et al. Histórico ocupacional o município de Canabrava do Norte e Porto Alegre do Norte. XIX Encontro Nacional de Geografia Agraria, pp. 1-16, São Paulo, 2009.

POLI, L.; HAZAN, B. Além da dicotomia capital e trabalho: Marx em uma perspectiva socioambiental. Revista FSA, Teresina, v. 1, art. 6, p. 103-117, 2013.

PONCIANO, N. O processo civilizador do sul de Mato Grosso: A Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Guarapuava: Anacleto. 2001. vol. 2, nº 1.

PORTER, M.; LINDE, C. Green and competitive: ending the stalemate. Harvard Business Review, Harvard, p. 120-134, 1995.

PORTO, M.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental, *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14(6), p. 1983-1994, 2009.

QUINQUIOLO, L. Migração e configuração das territorialidades no Vale do Araguaia–MT. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. 170f., 2016.

REHBEIN, M. Ensaio sobre o meio (ambiente): os significados de natureza por olhares geográficos. Curitiba: Revista Geografar, v.5, n.1, p.155 - 175, 2010.

RIBOT, J.; PELUSO, N. A Theory of Access. Rural Sociology, vol. 68, n. 2, 2003.

ROBBINS, P. *Political ecology: a critical introduction*. Blackwell Publishing, 2004.

ROCHA, R. *Estudos de ecologia política: Contribuições para a análise de programas nacionais de educação ambiental*. Dissertação (Mestre em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 191p., 2002.

ROSA, J. A luta pela terra Marãiwatsédé: Povo xavante, agropecuária Suiá Missú, posseiros e grileiros do posto da mata em disputa (1960-2012). Dissertação (Mestre em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 440f., 2015.

_____. O uso da mídia eletrônica pelos Xavante e pelos posseiros da Suiá no caso da luta pela terra Marãiwatsédé (1960-2012). *Escritas*, nº 2, vol.8, p 28-46, 2016.

SANTOS, et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, ano 2, n. 1, 2012.

SANTOS, C. Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica. Dissertação (Mestre em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 239f., 2005. Disponível em Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2228#>>

SCHMIDHEINY, et al. Financing change: the financial community, eco-efficiency, and sustainable development. Cambridge, MA: The MIT Press, f. 211, 1996.

SCHNAIBERG, A. *The Environment: From Surplus to Scarcity*. New York: Oxford University Press, 1980.

SCHWARTZMAN, S. Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. *Fortaleza: Revista de Ciências Sociais*, 5, 2, p. 101-111, 1974.

SILVA, M. & SATO, M. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do estado de Mato Grosso – Brasil. São Paulo: *Ambiente & Sociedade*, v. XV, n. 1, p. 1 -28, 2012.

SILVA, R. & SATO, M. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. Campinas: *Ambiente & Sociedade*, v. XIII, n. 2, p. 261-281, 2010.

SILVA, R. & SATO, M. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do estado de Mato Grosso – Brasil. São Paulo: *Ambiente & Sociedade*, v. XV, n. 1, p. 1-28, 2012.

SOTO, W. Os conflitos ambientais e as contradições do espaço social: Uma introdução à perspectiva lefebvriana. In: *Conflitos ambientais e urbanos: Debates, lutas e desafios*. MACHADO, C.(org), Porto Alegre: Evangraf, 2013. 280 p.

SOUZA, A. As cidades do agronegócio: Uma reflexão sobre as transformações rurais e urbanas na Fronteira Norte Mato-Grossense. In: NETO, V. (Org.) *Política, Ambiente e Diversidade Cultural*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SOUZA, E. O poder na fronteira: Hegemonia, conflitos e cultura no Norte de Mato Grosso. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 256p., 2008.

SOUZA, E. Terra e poder no Norte de Mato Grosso. In: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)*. São Leopoldo, RS: Oikos, Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2010.

SILVA, V.; CRISPIM, J. Um breve relato sobre a questão ambiental. *Revista GEOMAE*, v.2n.1 p.163 – 175, Campo Mourão, PR, 2011.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, A. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. *Revista de Ciência Política*, n. 26, n. p., 2005.

TAFNER JR, A.; SILVA, F. Expansão da fronteira agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia: A trajetória dos negócios da família Ometto e seus desdobramentos no Mato Grosso. *Revista de Estudos Sociais*, n. 31, vol 16, p.97-115, 2014.

TAYRA, F. A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável. *Scripta Nova - Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona. vol. 6, núm. 119 (72), 2002.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2008. Disponível em:
<<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>

TURNER, M. Political ecology II: Engagements with ecology. *Progress in Human Geography*, Vol. 40(3), p. 413–421, 2016.

TURNER II, B.; ROBBINS, P. Land-Change Science and Political Ecology: Similarities, Differences, and Implications for Sustainability Science. *Annual Review of Environment and Resources*, 2008.

VARGAS, G. Conflitos sociais e sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 19 (2): p. 191-203, 2007.

VIÉGAS, R. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Paraná: Editora UFPR, n. 19, p. 145-157, 2009.

VIOLA, E. - O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 3 (93), 5-26, 1986.

WALKER, P. Political ecology: Society, Ecology, and the politics of environmental Science. Dept. of Geography, University of Oregon, Eugene, 2004.

_____. Political ecology: where is the politics?. *Progress in Human Geography*, v. 31(3), p. 363–369, 2007.

WISNER, B. Does radical geography lack an approach to environmental relations? *Antipode* 10, 84-95.

_____. *At Risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters*. 2ª ed. Copyright Wisner, Blaikie, Cannon and Davis, p. 134, 2003.

ZHOURI, A. *Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.23 no.68, São Paulo, 2008.

ZHOURI, A. et al. *Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais*. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005a.

_____. *Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais*. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005b.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação*. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 11-34, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. *Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas*. *Ambiente&Sociedade*. Campinas v. X, n. 2, p. 119-135, 2007.

ZIMMERER, K; BASSETT, T. *Political Ecology: An Integrative Approach to Geography and Environment-Development Studies*. The Guilford Press, New York, 2003.

ZIMMERER, K. Cultural ecology: at the interface with political ecology – the new geographies of environmental conservation and globalization. *Progress in Human Geography* 30, 1, pp. 63–78, 2006.